



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JULLIANA RAMOS SANTIAGO

**INTRODUÇÃO À REGIÃO DE BARREIRAS: UMA ABORDAGEM ESPAÇO-
TEMPORAL**

SALVADOR

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JULLIANA RAMOS SANTIAGO

**INTRODUÇÃO À REGIÃO DE BARREIRAS: UMA ABORDAGEM ESPAÇO-
TEMPORAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ihering Guedes Alcoforado de Carvalho

**SALVADOR
2008**

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

S235 Santiago, Julliana Ramos
Introdução à região de Barreiras: uma abordagem espaço temporal
/ Julliana Ramos Santiago. – Salvador, 2008.
83f. tab.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) –
Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Ihering Guedes Alcoforado de Carvalho.

1. Desenvolvimento regional - Barreiras . 2. Desenvolvimento
Geográfico – Barreiras. 3. Análise espaço temporal. I Santiago, Julliana
Ramos. II. Título.

CDD – 339.8

JULLIANA RAMOS SANTIAGO

INTRODUÇÃO À REGIÃO DE BARREIRAS: UMA ABORDAGEM ESPAÇO-TEMPORAL

Aprovada em 11 de julho de 2008.

Orientador: _____

Prof. Ihering Guedes Alcoforado de Carvalho
Faculdade de Economia da UFBA

Clóvis Caribé Menezes dos Santos
Prof. Dr. da Faculdade de Sociologia
da UEFS

Lívio Andrade Wanderley
Prof. Dr. da Faculdade de Economia
da UFBA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, Deusdete e Cida, pelo apoio incondicional. Além do carinho especial com meu trabalho, ao ler, comentar, sugerir, enfim, me ajudando de todas as formas na elaboração deste gratificante trabalho.

Agradeço aos meus irmãos, Samara e Maurício, por acreditarem sempre em mim, e por me apoiarem durante todo o período da realização do trabalho.

Agradeço imensamente ao meu companheiro de todas as horas, Iuri Fernandes, por seu apoio irrestrito, pela cumplicidade, e por me ajudar de todas as formas na construção deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos e colegas da Faculdade de Ciências Econômicas, por participarem da minha vida pessoal e acadêmica, e pelos bons momentos que passamos juntos. Além do apoio de todos aqueles que sempre tiveram muito carinho por mim e eu, por eles.

Agradeço aos professores desta faculdade, que são os grandes mestres do conhecimento, por contribuir diretamente na minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

E, em especial, agradeço ao meu grande orientador, professor Ihering Guedes, por sua imensa dedicação, por seus comentários construtivos ao meu trabalho e pela força que me deu durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

Agradeço a Deus, por me dar saúde e força para eu conseguir realizar esse trabalho.

Enfim, agradeço a Barreiras, minha terra natal, que foi a minha grande fonte de inspiração.

RESUMO

As limitações das abordagens tradicionais em explicar as causas dos desenvolvimentos desiguais territorializados – já que se utilizam apenas de um marco referencial (o tempo ou o espaço) – nos levou a adotar um novo tipo de abordagem que integra as questões temporais e espaciais à análise, a fim de compreender a reorganização do espaço rural e urbano da região de Barreiras face ao processo de ocupação recente da região. Desta forma, tendo em vista dar uma contribuição à análise regional dos cerrados baianos, apresentar-se-á, neste trabalho, uma nova agenda de investigação da região de Barreiras, tendo como referência a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey. Assim, o estudo desta região constará da análise espaço-temporal – através da compreensão da dinâmica regional em diferentes contextos históricos e em diferentes formas de espacialidade – e da análise das condicionalidades de sua teoria (acumulação do capital no espaço e no tempo, acumulação por espoliação, conflitos nas diferentes escalas geográficas e inserção material na ‘teia da vida’), através da associação dos principais elementos destas (como as questões econômicas, sociopolíticas, geopolíticas e ambientais) às características específicas da região.

Palavras-chave: Região de Barreiras. David Harvey. Análise espaço-temporal. Teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	LEITURAS TRADICIONAIS SOBRE A DINÂMICA REGIONAL DA REGIÃO DE BARREIRAS	11
2.1	UM EXAME DAS ABORDAGENS TRADICIONAIS SOBRE OS CERRADOS BAIANOS	12
2.1.1	A temporalidade nas teorias sociais	12
2.1.2	A espacialidade nas teorias sociais	14
2.1.3	A temporalidade e a espacialidade nas abordagens tradicionais sobre os cerrados baianos	15
2.2	AS ABORDAGENS TEMPORAIS	16
2.2.1	As Limitações das Abordagens Temporais	22
2.3	AS ABORDAGENS ESPACIAIS	24
2.3.1	As Limitações das Abordagens Espaciais	27
3	A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE DAVID HARVEY À ANÁLISE DOS CERRADOS BAIANOS	29
3.1	A ANÁLISE ESPAÇO-TEMPO	29
3.2	A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL	31
3.2.1	A Contribuição de Harvey	33
3.2.1.1	Acumulação do capital no espaço e no tempo	34
3.2.1.2	A acumulação por espoliação	38
3.2.1.3	Conflitos nas diferentes escalas geográficas	40
3.2.1.4	A inserção material do processo de acumulação do capital na ‘teia da vida’ socioecológica	41
4	UMA VISÃO SOBRE A DINÂMICA DA REGIÃO DE BARREIRAS À LUZ DAS TEORIAS DE DAVID HARVEY	45
4.1	AS CONDICIONALIDADES DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE BARREIRAS	45
4.1.1	Acumulação do capital no espaço e no tempo	47
4.1.1.1	Vantagem da localização	49
4.1.1.2	Vantagem da tecnologia apropriada	52
4.1.1.3	Centralização do capital	54
4.1.1.4	Barreiras espaciais	59
4.1.1.5	Aceleração do ciclo produtivo	61
4.1.1.6	Infra-estruturas fixas (rede de cidades)	63
4.1.2	Acumulação por espoliação	65
4.1.2.1	Estrutura fundiária	65
4.1.2.2	Apropriação de direitos de propriedade intelectual e de patentes	67
4.1.2.3	Mercantilização da força de trabalho	67
4.1.2.4	Financeirização	69

4.1.2.5 Desvalorização de ativos (capital e trabalho)	70
4.1.3 Conflitos nas diferentes escalas geográficas	72
4.1.3.1 Conflitos por vantagens geopolíticas	73
4.1.3.2 Conflito logístico	74
4.1.4 Inserção material do processo de acumulação do capital na ‘teia da vida’ socioecológica	75
4.1.4.1 Impactos socioecológicos	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Os estudos regionais tanto no âmbito teórico como no empírico tem se notabilizado pela opção por enfatizar, ora a dimensão temporal, ora a dimensão espacial das regiões objeto e, entre as poucas tentativas de integrar estas duas dimensões no plano conceitual encontra-se o programa de pesquisa de David Harvey por meio de sua análise espaço-tempo e da teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Em função do avanço que representa esta abordagem, este trabalho consta de uma apropriação do *framework* de Harvey e sua aplicação à análise da região de Barreiras.

O objetivo deste trabalho é introduzir uma análise espaço-temporal ao estudo da região de Barreiras como uma forma de superação das limitações das abordagens tradicionais, que não integram as questões espaciais e temporais à análise regional. Desta forma, o arcabouço teórico de David Harvey será utilizado aqui como um subsídio analítico, através da estrutura teórico-metodológica do seu argumento, à construção de uma agenda de investigação sobre a dinâmica espacial da região a ser pesquisada. Vale ressaltar a relevância da região de Barreiras como uma experiência emblemática de um processo mais amplo, que está inserido numa estrutura de governança global. Ou seja, as cadeias produtivas do agronegócio – vistas aqui a partir da experiência da região de Barreiras – participam de um processo que não está exclusivamente ligado às características regionais, mas, principalmente, estão submetidas à uma rede de poder exógena – isto é, à uma lógica de acumulação de capital externa, baseada numa estrutura de governança global (definições de políticas) e na padronização dos processos (modelos produtivos e organizacionais).

Com este propósito, o trabalho consta desta introdução mais três partes e uma conclusão. Na primeira parte, são apresentadas as visões tradicionais sobre a dinâmica regional dos cerrados baianos, que se encaixam em dois tipos de abordagens, as temporais e as espaciais – tal como David Harvey classifica as teorias sociais que enfatizam o tempo ou o espaço em suas análises –, e em seguida, mostram-se as limitações espaço-temporais dessas abordagens. Na segunda parte, apresenta-se o referencial analítico do trabalho – a contribuição de David Harvey aos estudos

regionais, com sua análise espaço-temporal e sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual – que será utilizado na análise da região de Barreiras.

Na terceira parte, introduz-se a região de Barreiras a partir de uma abordagem espaço-temporal, aplicando as condicionalidades da teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey às características específicas da região. E na conclusão, apresentam-se as considerações finais sobre os novos desafios a serem enfrentados pela região de Barreiras e, conclui traçando os contornos não só de uma agenda de pesquisa, mas de trabalhos para os formuladores de políticas (*policy making*).

2 LEITURAS TRADICIONAIS SOBRE A DINÂMICA REGIONAL DA REGIÃO DE BARREIRAS¹

As análises e estudos sobre os cerrados baianos formam dois blocos de abordagens que se estruturam a partir das tradições de análises espaciais e temporais. Entretanto, apesar da relevância dessas leituras para a compreensão da dinâmica da região, elas se mostram insuficientes do ponto de vista conceitual, já que não integram a análise do espaço e do tempo, e, em decorrência disto, revelam-se inadequadas como subsídios a formulação de uma política de desenvolvimento regional.

Em função disto, neste capítulo, far-se-á uma classificação e um exame das principais leituras realizadas sobre a região dos cerrados baianos, chamando atenção não só para suas contribuições no entendimento da dinâmica da região em consideração, mas também para as limitações de ordem analítica, em especial a parcialidade das abordagens que, ora destacam a dinâmica temporal, ora a dinâmica espacial. Ou seja, mostrar-se-á, como já frisamos acima, que estas limitações ocorrem em função das abordagens existentes enfatizarem em seus estudos somente as questões temporais (temporalidade) ou as espaciais (espacialidade).

O objetivo aqui é mostrar a manifestação das limitações de ordem analítica aludidas nos estudos existentes sobre a região de Barreiras (cerrados baianos) através da exposição da forma como as questões são tratadas nessas abordagens para, no próximo capítulo, sugerir uma abordagem regional analítica para os Cerrados Baianos que integre o tempo e o espaço, tal como proposta por David Harvey, configurando o que ele nomeou de análise espaço-temporal.

Com esse propósito, o capítulo será dividido em três partes. Na primeira, apresentar-se-á a caracterização das abordagens temporais e espaciais elaboradas por David Harvey, e, a partir dela classificar-se-á a literatura tradicional sobre a região de Barreiras. Na segunda parte, expor-se-á como as ‘abordagens temporais’ fazem a leitura da região de Barreiras, apresentando os

¹ A região de Barreiras está inserida na região dos cerrados baianos e é composta por apenas alguns municípios do entorno próximo e mais alguns poucos que, mesmo mais distantes, reúnem condições de meio físico e dinâmica produtiva muito assemelhadas a Barreiras. Os municípios são: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina.

principais enfoques dados por elas ao estudar a região, para em seguida, mostrar as limitações para este tipo de análise. O mesmo tipo de apresentação descrito nesta segunda parte será feito na terceira, só que para as ‘abordagens espaciais’.

2.1 UM EXAME DAS ABORDAGENS TRADICIONAIS SOBRE OS CERRADOS BAIANOS

A relevância dos estudos tradicionais sobre os cerrados baianos é que estes se constituem em tentativas de apreensão da nova dinâmica vivenciada pela região de Barreiras a partir da década de 1970 e, para tanto, recorreram aos esquemas analíticos disponíveis estruturados a partir do tempo ou do espaço. Assim, essas abordagens privilegiam em suas formulações apenas um elemento como fundamental – o tempo ou o espaço –, o que nos leva a classificá-las em ‘abordagens temporais’ e ‘abordagens espaciais’.

A fim de apresentarmos como as abordagens temporais e espaciais devem ser entendidas, sintetizam-se as idéias de David Harvey sobre quais são os enfoques dados por cada uma dessas abordagens. Este autor inspirou-se em dois corpos teóricos para a estruturação de sua análise espaço-temporal, quais sejam: ‘teorias sociais temporais’ e ‘teorias sociais espaciais’. E, a partir dessas teorias, mostrar-se-á como as abordagens temporais e espaciais sobre os cerrados baianos apreendem seu objeto de estudo, destacando suas limitações.

2.1.1 A temporalidade nas teorias sociais

Para David Harvey, as teorias sociais tradicionais, cujos principais teóricos estudados por este autor são Marx, Weber, Smith e Marshall, privilegiam em suas formulações o tempo como um elemento fundamental na análise. Para eles, o tempo não pode ser considerado fixo, e nem pode haver um sentido único do tempo (HARVEY, 1992, p. 190). O sentido do tempo para as sociedades muda de acordo com as inserções de novas práticas materiais, e por isso, modificam-se as maneiras de enxergar o mundo.

O tempo pode configurar-se de várias formas a depender de como os processos materiais são acelerados ou desacelerados pelas ações humanas. E, por isso, diferentes formações sociais no decorrer da história da humanidade tiveram diferentes sentidos de tempo, tais como, os tempos: acelerado, retardado, explosivo, ilusório, permanente, errático, cíclico. O sentido de tempo para as sociedades que viveram no feudalismo é completamente diferente do tipo de tempo vivenciado pelas sociedades capitalistas (HARVEY, 1992, p. 205-206).

Como as teorias sociais sempre tiveram um foco nos processos de mudança social, de modernização e de revolução, então seu objeto teórico é o progresso. E este, em última instância, é o tempo em movimento. As mudanças sociais, tecnológicas e produtivas alteram o sentido do tempo, e isto é algo que deve ser levado em consideração na análise de uma sociedade específica, de um território, de um sistema produtivo, etc. A relevância de um sentido de tempo mutante e influenciável pelas práticas materiais é a grande contribuição das teorias sociais temporais à análise espaço-temporal de Harvey (HARVEY, 1992, p. 190).

Entretanto, as teorias temporais desconsideram em seus estudos um elemento fundamental na análise, que é o espaço. Para essas teorias o espaço é tratado como algo imóvel, fixo, não-dialético dentro do que ocorre no processo social, e, portanto, o espaço não é um produto da ação social. Para David Harvey, a ênfase na temporalidade está implícita na própria noção de progresso, quando diz:

A redução do espaço a uma categoria contingente está implícita na própria noção de progresso. Como a modernidade trata da experiência do progresso através da modernização, os textos acerca dela tendem a enfatizar a temporalidade, o processo de vir-a-ser, em vez de ser, no espaço e no lugar (HARVEY, 1992, p. 190).

Harvey critica a forma como a maioria das teorias sociais encara a espacialidade em seus estudos – neste ponto ele se refere às teorias sociais de Weber, Adam Smith e Marshall, mas, principalmente, às de Marx. Para ele, o espaço deve ser tratado de uma maneira diferente, como sendo ativamente produzido e como um elemento atuante no processo social. Através das práticas sociais, não somente os espaços são criados, como também novas formas de espacialidade (isto é, novas formas de representação e interpretação do espaço). E, por isso, a análise espacial não deve ser desconsiderada (HARVEY, 2006b, p. 77).

2.1.2 A espacialidade nas teorias sociais

Ao lado das teorias sociais temporais, existem, entretanto, outras teorias sociais que trabalham mais focadas na dimensão do espaço, que são as teorias espaciais. Estas teorias se preocupam em compreender como as diferentes formas de espacialização inibem ou facilitam processos de mudança social. Então, diferentemente das teorias sociais abordadas no item 2.1.1, as teorias sociais tratadas nesta subseção levam em consideração em seus estudos o espaço como o elemento dinâmico, desconsiderando a temporalidade (o sentido de tempo em constante transformação) como um processo que também influencia as práticas materiais (HARVEY, 1992, p. 190).

O espaço pode ser interpretado a partir de diferentes aspectos da prática espacial, tal como o faz Harvey, que identifica algumas formas de análise do espaço, a partir dos seguintes recortes a serem considerados: 1) acessibilidade e distanciamento (“fricção da distância”); 2) apropriação do espaço (maneira pela qual o espaço é ocupado); 3) domínio do espaço (modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço); 4) produção do espaço (examina como novos sistemas são produzidos e como surgem novas modalidades de representação) (HARVEY, 1992, p. 202).

Desta forma, a importância das teorias espaciais² para Harvey se dá justamente no tratamento dado ao espaço nessas teorias, que é considerado como um elemento que é ativamente produzido e modificado a partir das práticas materiais. Entretanto, para ele, tanto as ‘teorias sociais temporais’ como as ‘teorias sociais espaciais’ são insuficientes por si só para explicarem os processos de mudança nas sociedades, e mais especificamente, os desenvolvimentos desiguais nas sociedades. Por isso, Harvey integra a análise temporal de algumas teorias sociais à análise espacial de outras, criando assim um novo tipo de interpretação dos fluxos de mudanças sociais, através da sua análise espaço-temporal (HARVEY, 1992, p. 190).

² Harvey trata a Teoria Estética em seu livro *Condição Pós-moderna* como um exemplo de teoria espacial. Essa teoria busca representar seu objeto de trabalho, quando tratado numa perspectiva dinâmica, apenas através da espacialidade, desvalorizando o sentido de tempo. Ao considerar o tempo como algo tenebroso, a teoria estética busca ‘eternizar’ o sentido do tempo, interligando-o a uma realidade intemporal (ver HARVEY, 1992).

2.1.3 A temporalidade e a espacialidade nas abordagens tradicionais sobre os cerrados baianos

Após o que foi exposto sobre as teorias sociais temporais e espaciais, admite-se aqui, tal como David Harvey, a parcialidade dos recortes analíticos das abordagens tradicionais. Então, a partir do referencial teórico de Harvey, entende-se que cada uma das abordagens (temporal e espacial) apresenta contribuições diferenciadas, quais sejam: a temporal, com a noção do fluxo e da mudança através do tempo; a espacial, com o modo pelas quais as diferentes formas de espacialização são produzidas e como interferem nos processos de mudança social. Mesmo considerando a relevância de suas contribuições para os estudos regionais, deve-se estar atento às suas limitações de ordem analítica (HARVEY, 1992, p. 190-192). Desta forma, divide-se a literatura tradicional dos cerrados baianos em duas abordagens: a temporal e a espacial.

No primeiro tipo, incluem-se as abordagens inspiradas nas análises marxistas, ou simplesmente, as abordagens que levam em consideração a questão histórica, desprezando aspectos espaciais, ou seja, o esquema analítico é somente rebatido no tempo. No caso específico da região de Barreiras, alguns autores estudaram a dinâmica regional dos cerrados baianos com base na existência de uma lógica externa (a lógica do capital internacional e nacional) que modifica as estruturas internas e, para tanto, levam em consideração em seus estudos, o amplo movimento de acumulação do capital internacional e seus rebatimentos regionais. Com este tipo de abordagem, esses autores fazem uma análise temporal da região, já que a historicidade, através dos estudos dos processos históricos da acumulação do capital, está presente como ferramenta de análise. Assim, admite-se que as leituras tradicionais sobre a região de Barreiras dos autores que serão trabalhados na próxima seção, como é o caso de Araújo (2000), Uderman (1992), Santos Filho (1989), Carvalho e Pellegrini (1990) e Couto Filho (2004a; 2004b), são, em maior ou menor grau, análises temporais, no sentido estabelecido acima.

No segundo tipo, estão as abordagens espaciais, que desconsideram a dinâmica temporal nas análises dos cerrados baianos. Elas se caracterizam pela busca da dinâmica espacial e incorpora trabalhos de várias tradições. De um lado, o dominante, encontram-se os trabalhos elaborados pelos órgãos governamentais, que visam descrever a situação regional, sem a preocupação de

vinculá-la a processos históricos. Do outro lado, encontram-se as novas abordagens que buscam apreender a dinâmica espacial através de técnicas estatísticas, tais como os estudos de convergência³.

Dito isso, expor-se-á nas duas seções a seguir, as principais contribuições das literaturas tradicionais aos estudos da dinâmica territorial da região dos cerrados baianos, sendo que na próxima seção tratar-se-á das abordagens temporais e na seção subsequente, das abordagens espaciais. Ao final de cada uma dessas seções, expor-se-á as principais limitações de cada uma das abordagens referidas.

2.2 AS ABORDAGENS TEMPORAIS

Neste tipo de abordagem, o grupo mais expressivo de trabalhos – que são os de inspiração marxista – trata da incorporação dos cerrados à lógica de acumulação capitalista nacional e mundial. Nestes trabalhos, a introdução da moderna sojicultura na região dos cerrados baianos no final dos anos 1970 – que é o foco da análise – representa uma adequação da região em torno de Barreiras ao amplo movimento de acumulação do capital internacional e nacional que estava presente naquela época. Então, estas abordagens utilizam-se dos estudos sobre o processo de acumulação do capital no capitalismo contemporâneo, para analisar seus rebatimentos nos países e regiões específicas. Por isso, chamam atenção que o processo de implantação do modelo de produção capitalizada de soja nos cerrados baianos não é um movimento específico desta região, é sim, pois, parte integrante de um movimento mais amplo, que gradativamente abarca a região dos cerrados brasileiros e a integra às normas capitalistas de acumulação (UDERMAN, 1992; ARAÚJO, 2000; SANTOS FILHO, 1989).

Esse ‘movimento mais amplo’ é principalmente influenciado pela esfera internacional, embora combine elementos determinantes das outras esferas - nacional e regional. Trata-se, portanto, de

³ Segundo Azzoni (2002, p. 26-27), o objeto de estudo das investigações sobre convergência de rendas é a preocupação com o nível de desigualdade. A idéia é a de verificar se os Estados mais pobres estão crescendo a taxas mais elevadas do que os Estados mais ricos. Isso ocorrendo, a dispersão das rendas *per capita* tenderá a diminuir; caso contrário, a aumentar.

uma lógica do capital internacional que dita as bases regulatórias (produtivas, tecnológicas e técnicas) do processo de produção, e exige das estruturas de mediação nacional, a assimilação e a imposição dessas premissas ao território produtivo em consideração, que, por sua vez, passa por um processo de reestruturação interna e assume uma estrutura híbrida, em função da interação de elementos internacionais, nacionais e regionais (UDERMAN, 1992, p. 203).

Dessa forma, pode-se dizer que esta nova dinâmica produtiva hoje vigente nos cerrados baianos teve sua origem em formas de produção exógenas e anteriores à região em questão. Isso significa dizer que modos tradicionais de produção são tangidos a integrar-se à lógica internacionalmente determinada de acumulação de capital, materializando a submissão dos modos de produção anteriormente existentes, vinculadas a relações de propriedade e de mercado cada vez menos regionais, e mais nacionais e internacionais (CARVALHO; PELLEGRINI, 1990; SANTOS FILHO, 1989).

A materialização da influência da lógica capitalista internacional se dá na região de Barreiras, principalmente, em relação ao enquadramento das estruturas regionais às normas dos processos de reprodução e valorização do capital. Essa adequação às normas acontece, especialmente, através da difusão de procedimentos técnicos e administrativos, de formas diferenciadas de gestão e padrões organizacionais que repercutem na reordenação das estruturas econômicas, institucionais e regionais. Desta forma, o capital internacional engendra mudanças essenciais na base técnica e nas relações de produção locais (UDERMAN, 1992, p. 206).

Como vimos, não somente o capital externo desempenha um papel atuante como difusor dos modelos técnicos e padrões produtivos – apesar dessas normas técnicas serem definidas em escala global –, o Estado-Nacional, também, atua determinando a assimilação pelas regiões deste ‘pacote produtivo’ exigido pela lógica de acumulação capitalista internacional. Tal ‘pacote produtivo’ procura homogeneizar os processos produtivos agrícolas, adaptando-os às necessidades da indústria e do comércio exterior (UDERMAN, 1992, p. 168).

Esses padrões produtivos, difundidos pela lógica de acumulação do capital externo, estão inseridos em um modelo dominante de produção agrícola, conhecido na literatura internacional

como o ‘produtivismo agrícola’, que está fundamentado em três características básicas: intensificação, concentração e especialização da produção (IIBERY; BOWLER, 1998 apud WARD, 2008, p. 121). O ‘modelo produtivista’, como ficou conhecido no Brasil, foi difundido pelos Estados Unidos e por alguns países da Europa a partir dos anos 1960, através do movimento agrícola conhecido como Revolução Verde, e baseia-se na utilização intensiva de insumos químicos, na alta mecanização da lavoura, na monocultura, na produção em larga escala e na pouca utilização de mão-de-obra (COUTO FILHO, 2004b, p.969).

O produtivismo agrícola foi descrito por Lowe (1993) como ‘um compromisso com uma agricultura intensiva, industrializada e expansionista, com amplo apoio do Estado, principalmente na produção e no aumento da produtividade’ (LOWE, 1993 apud WARD, 2008, p. 118). A era produtivista é caracterizada pela forte presença estatal através das políticas de preços e do controle da competição, a fim de aumentar a produtividade agrícola, posicionando o setor agrícola como demandante dos fundos públicos. Além disso, o Estado também passou a estimular as mudanças tecnológicas para a pesquisa agrícola e serviços de extensão (suporte técnico ao produtor, por exemplo) (LOWE, 1993 apud WARD, 2008, p. 120).

Além do ‘modelo produtivista’ difundido por capitais externos constituir-se em um elemento determinante do processo de reestruturação da dinâmica regional dos cerrados baianos, o comércio internacional também aparece como mais uma influência externa sobre o movimento que moderniza suas estruturas regionais (UDERMAN, 1992, p. 204). A nova base agrícola da região, implantada a partir do final da década de 1970, nasceu com a ‘vocação’ para a produção de mercadorias voltadas a atender uma lógica externa (ARAÚJO, 2000, p. 170).

A lógica de acumulação do capital internacional atua diretamente sobre o comércio exterior dessas regiões dinâmicas, ao determinar especificações técnicas e produtivas que os produtos devem conter para serem comercializados no exterior, e também por difundir um ‘modelo produtivo’ – como já foi dito – capaz de aumentar a produtividade e obter uma produção em larga escala, suprindo assim as necessidades da lógica de acumulação do capital, através da busca de centros de realização de mercadorias e de circulação dos excedentes produtivos – com a

implantação de filiais de empresas (agroindústrias, principalmente) e cooperativas de origem externa (UDERMAN, 1992, p. 206).

Essa influência da lógica internacional de acumulação de capital que atingiu os cerrados baianos tem se manifestado, principalmente, através do capital produtivo. Assim, somente a partir da integração produtiva nacional, capitais privados buscaram novas frentes de investimento em espaços situados para além do centro mais industrializado do país, e o Nordeste passou a ter um papel na esfera produtiva brasileira, através do fornecimento de insumos (industriais e agrícolas) para as indústrias das regiões mais dinâmicas do país. Assim, pode-se verificar uma desconcentração da atividade produtiva no país, tanto do setor industrial quanto do setor agrícola (ARAÚJO, 2000, p. 170).

Inserida neste movimento de desconcentração produtiva, a estratégia brasileira de concentrar a expansão da agropecuária em novas áreas tornou-se viável a ocupação de áreas da antiga “fronteira agrícola” da região Nordeste, a exemplo do que vem ocorrendo com o oeste baiano, o sul do Maranhão e do Piauí (ARAÚJO, 2000, p. 178). Esse movimento que se faz presente em todas as regiões do Brasil trata-se do fenômeno da “regionalização” do grande capital (privado ou estatal), legitimado pela presença de grandes grupos empresariais espalhados nas diversas regiões do país (BRANDÃO, 1985 apud ARAÚJO, 2000, p. 187).

A análise da dinâmica das atividades econômicas mostrou que diversos fatores moldaram ao longo dos últimos anos uma integração entre as economias regionais de forma a fundi-las em uma complexa relação inter-regional. Por isso, Tânia Bacelar de Araújo (2000, p. 194) afirma que o Nordeste não possui mais uma dinâmica própria no seu movimento de acumulação de capitais. Esta região passou a integrar-se numa lógica de acumulação nacional e internacional, a partir do movimento de desconcentração produtiva. Assim, chegou a dizer que no Brasil não existem mais “economias regionais”, mas sim, uma “economia nacional, regionalmente localizada”.

No Nordeste, o Estado comandou e reforçou diversas iniciativas de acumulação privada, que fez surgir e desenvolver “diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo grande parte responsáveis pelo desempenho positivo apresentado pelas

atividades econômicas da região” (ARAÚJO, 2000, p. 172). Essas estruturas foram denominadas de “frentes de expansão”, ou mesmo de “pólos dinâmicos”, e dentre elas estão as áreas da moderna agricultura de grãos dos cerrados baianos.

É importante mencionar que, nas diversas regiões brasileiras, o Estado patrocinou fortemente as práticas industriais e agrícolas inseridas na lógica externa de acumulação do capital. Entretanto, no Nordeste, houve uma influência ainda maior do que sua presença em outras regiões do Brasil. Pode-se afirmar que, nesta região em especial, a presença do Estado foi o fator determinante do ritmo e resultados do dinamismo auferido lá nessas últimas décadas (ARAÚJO, 2000, p. 172).

Nesta literatura sobre os cerrados baianos, considera-se que, além de apreender a lógica externa que inseriu o dinamismo nessas regiões, é necessário também compreender as especificidades locais de cada região. Entretanto, isso não significa dizer que o enfoque desta abordagem deixou de ser a análise temporal. Muito pelo contrário, o enfoque continua sendo o mesmo, que é a análise dos desdobramentos dos processos de acumulação do capital dentro do sistema capitalista, mas neste caso, numa escala geográfica diferente – que é a local. Nesta abordagem, a própria especificidade local é determinada pela estrutura temporal da análise – tal como a das análises marxistas, como bem chama atenção David Harvey (1992) –, isto é, a busca por aspectos da realidade particular vigente em cada região tem sempre como pano de fundo a análise da interação da região com a lógica internacional de produção.

Em função disto, mesmo quando se reconhece que as atividades anteriormente desenvolvidas na região não devem ser descartadas, bem como as características próprias da região, o que se tem em mente é avaliar a qualidade desta inserção regional na lógica global do capital, que se expressa no tempo e se apreende nas análises temporais, mesmo quando tal interação ocorre de maneiras distintas nas áreas em que se processa (UDERMAN, 1992; ARAÚJO, 2000; SANTOS FILHO, 1989). A tendência é reconhecer que cada região se especializa em um produto ou tipo de produção, mas sempre é submetida à lógica global da maneira mais racional possível, tomando como base as vantagens e as relações sociais que suas características anteriores lhe ofertaram (SANTOS FILHO, 1989, p. 19).

Para Santos Filho (1989, p. 58), autor representativo desta abordagem temporal de inspiração marxista:

A região se fundamentaria, assim, nas necessidades impostas pela reprodução e valorização do capital, que se exprimem através do processo de acumulação, ou seja, do processo de avanço da forma capitalista de apropriação do valor, avanço da propriedade capitalista. Nesse sentido, a integração regional é sobretudo definida pela articulação entre formas de produção e apropriação e os grupos sociais a elas vinculados, devendo ser vista também na perspectiva inter-regional, além da intra-regional.

No caso particular do Oeste baiano, esta região foi definida a partir da expansão do capital sobre os cerrados brasileiros, movimento este derivado do notável crescimento do capital industrial brasileiro nas décadas de 1960 e 1970. A interação entre as características geográficas e infra-estruturais desta região, de suas relações sociais e econômicas ali já existentes, e a lógica de expansão do capital industrial, redefiniu a região dando-lhe uma forma distinta de inserção na lógica global, fazendo-a assumir seu papel particular de fornecedora de insumos industriais neste novo ciclo produtivo (SANTOS FILHO, 1989, p. 59).

O plantio da soja em novas áreas reformulou antigas estruturas produtivas e criou condições para a implantação de um novo modelo de acumulação de capital, integrado à lógica de funcionamento do capitalismo brasileiro e global. Com a região oeste da Bahia não foi diferente, ao mesmo tempo em que suas idiossincrasias socioeconômicas foram submetidas à lógica global de acumulação, determinou a inserção diferenciada desta região neste novo circuito de valorização internacional do capital (UDERMAN, 1992; ARAÚJO, 2000; SANTOS FILHO, 1989).

Para finalizar, vale explicar que toda essa análise explicitada acerca da região de Barreiras constitui-se em uma espécie de consenso teórico entre os diversos e mais importantes autores que se propuseram a caracterizar a região. Sem a ousadia de querer esgotar o tema e de abordar todas as questões que envolvem a região trabalhada, buscou-se sintetizar as idéias gerais dos teóricos da abordagem tradicional, com vistas a apresentar a região para os objetivos do trabalho, que é a apresentação de uma contribuição à análise da região de Barreiras a partir do referencial teórico de David Harvey – a análise espaço-temporal e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

2.2.1 As Limitações das Abordagens Temporais

Após a apresentação de um panorama das ‘abordagens temporais’ sobre a região de Barreiras na seção anterior, é possível chamar a atenção para uma série de limitações destas análises ao estudo da região em tela, classificando-as em limitações espaciais e temporais. As limitações espaciais estão associadas à desconsideração da dimensão espacial na análise da região pelas abordagens temporais. Por sua vez, as limitações temporais têm a ver com a insuficiência da própria abordagem temporal em explicar a dinâmica do território, já que operam com um nível de abstração alto, de forma que a dinâmica dos cerrados baianos é sempre considerada, por estas abordagens, como uma extensão de um processo mais amplo que apenas tem seu rebatimento na região em consideração.

Quanto à limitação espacial, a partir do *frame* de David Harvey (1992), é possível denunciar a desconsideração pelas ‘abordagens temporais’ da dimensão espacial, mesmo quando estas realizam um estudo das particularidades locais da região. O fato da abordagem tradicional fazer referência ao desenvolvimento capitalista regionalizado nos cerrados baianos não implica que, do ponto de vista analítico de Harvey, esta análise contemple a dimensão analítica espacial, isto porque, todas as determinações estruturais do processo são previamente estabelecidas ao nível do processo de desenvolvimento capitalista, assim, nesta abordagem, a própria especificidade local é determinada pela estrutura temporal da análise.

Em relação à ênfase temporal das abordagens tradicionais, podemos associá-la à influência marxista destas abordagens em relação à análise do funcionamento do capitalismo. Assim, dois autores que buscam ir além de Marx – David Harvey (1992) e Francisco de Oliveira (1998) –, o primeiro em relação à análise espaço-tempo e o segundo em relação à análise do processo de reprodução do capital com o surgimento do fundo público, serão utilizados aqui para fazer a crítica das limitações temporais destas abordagens.

A análise temporal destas abordagens, apesar de bastante relevante para a compreensão da dinâmica regional dos cerrados baianos, ainda não corresponde à idéia de Harvey (1992, p. 190) da análise do tempo. Estas abordagens consideram o tempo, tal como Harvey, como um fluxo, ou

seja, contempla a historicidade dos processos, ao considerar os processos históricos da acumulação do capital. Entretanto, elas não consideram o ‘tempo’ como um elemento que é modificado constantemente pelas ações humanas, podendo ser acelerado ou desacelerado por elas. Isto acontece devido ao nível de generalização da análise – que não leva em consideração as análises das práticas materiais dos atores sociais a nível local e regional – de forma que a dinâmica dos cerrados baianos é sempre considerada como uma extensão de um processo mais amplo de acumulação do capital (ou seja, de sustentação da produção e da reprodução do valor), que apenas tem seu rebatimento na região.

Ainda em relação ao nível de generalização das abordagens temporais, estas não levam em conta sequer as mudanças do processo de acumulação e reprodução do sistema capitalista, a exemplo das ressaltadas por Francisco de Oliveira (1998) com a emergência do Estado de Bem-estar ou Estado-providência (em inglês: *Welfare State*) e da conseqüente mudança do padrão de financiamento público com o surgimento do fundo público. Segundo este autor, um representante emblemático da análise de inspiração marxista no Brasil, “o padrão de financiamento público ‘implodiu’ o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral” (OLIVEIRA, 1998, p. 27), ou seja, a partir do estabelecimento do fundo público do *Welfare State*, as realidades e categorias do capitalismo – como salário, classes sociais, processo de valorização do capital e Estado – que, implicitamente, estruturam as análises tradicionais dos cerrados baianos, foram alteradas com o surgimento do fundo público.

Para Oliveira (1998, p. 24), o fundo público, depois do *Welfare State*, passou a ser destinado tanto à reprodução do capital, quanto à produção de bens e serviços sociais públicos. Ou seja, os recursos estatais deixaram de ser destinados apenas à reprodução do capital (ao sustentar e financiar a acumulação de capital), e passaram a financiar também a reprodução da força de trabalho e o consumo de massa. Assim, o processo de luta de classes foi alterado, deslocando da esfera das relações privadas para uma esfera pública, ou seja, “há um deslocamento da luta de classes da esfera da produção, do chão da fábrica ou das oficinas ou ainda dos escritórios, para o orçamento do Estado” (OLIVEIRA, 1998, p. 53). Portanto, o fundo público busca explicar:

[...] a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo de antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro enquanto sustentação da reprodução ampliada (OLIVEIRA, 1998, p. 53).

Dito isto, é possível criticar a abordagem tradicional por não “qualificar” a dinâmica capitalista antes e depois do *Welfare State*, já que consideram o processo de acumulação do capital como exclusivamente dependente dele próprio, ou seja, como se os capitais tivessem uma capacidade auto-regulatória, e não tivesse que se reportar, necessariamente, a outros componentes (como o Estado e o fundo público) para entrar no seu circuito de valorização.

Assim, ao mostrar que “essa contradição entre um fundo público que não é valor [na produção de antimercomodias] e sua função de sustentação do capital [isto é, da produção e da reprodução do valor] destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor” (OLIVEIRA, 1998, p. 29). Ou seja, emerge neste novo cenário do capitalismo desvelado por Oliveira (1998), em que a intervenção do Estado entrará para alterar as decisões de consumo e investimento dos capitalistas e trabalhadores, o papel do padrão de financiamento público ancorado no fundo público, que no caso da região de Barreiras, teve um papel relevante na produção de antimercomodias (gastos sociais e serviços públicos de infra-estrutura) como também financiou a acumulação do capital (com a destinação de recursos para a pesquisa agrícola, com o crédito subsidiado à produção e com incentivos agrícolas). Os efeitos destas alterações não podem ser apreendidos nas análises temporais estruturalistas.

2.3 AS ABORDAGENS ESPACIAIS

A literatura tradicional sobre os cerrados baianos que enfocam somente as questões espaciais, sem a preocupação temporal – tal como é entendida por Harvey (1992) –, está concentrada, em sua grande maioria, nos trabalhos dos órgãos governamentais (tais como os estudos socioeconômicos da região para a implementação de políticas) e nos trabalhos técnicos que

utilizam recursos estatísticos e econométricos (tais como os estudos de convergência). Em relação à região em questão, nas abordagens dominantes encontram-se os trabalhos elaborados pelos órgãos do Governo, que visam realizar pesquisas com intuito de fundamentar políticas, apenas através da descrição da situação regional, sem a preocupação de vinculá-la a processos históricos, ou seja, a área em estudo é tratada como se fosse uma região ‘estática’, isto é, uma região objeto.

Abordar-se-á aqui, sucintamente, as principais questões levantadas pelas abordagens espaciais, especialmente as desenvolvidas por entidades governamentais. Conforme Azzoni (2002, p. 18), a maneira mais comum de análise de uma ‘problema regional’ é considerar indicadores de desigualdade e concentração, tais como: renda *per capita*, condições de educação, saúde, criminalidade, etc. Tal forma de análise leva à segmentação do problema regional em diferentes áreas, baseando-se em um diagnóstico de um contexto temporal fixo (geralmente no presente), desconsiderando forças que historicamente vêm influenciando para a materialização daquele cenário pesquisado.

Como exemplos dessa forma de análise têm-se trabalhos como o ‘Programa básico de ocupação econômica do Oeste’ da Secretaria do Planejamento (1980), o ‘Programa de desenvolvimento econômico e social do Oeste baiano’ da Secretaria do Planejamento (1988), e o ‘Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado Oeste baiano’ do Banco do Nordeste (1998). Estes trabalhos têm em comum o objetivo de proposição de políticas de desenvolvimento regional, a partir da identificação dos ‘problemas’ (entraves) enfrentados pela região de Barreiras e pelas suas possibilidades de crescimento.

No ‘Programa básico de ocupação econômica do Oeste’, realizado pela Secretaria de Planejamento do Governo Estadual (1980), buscou-se fazer uma caracterização socioeconômica da região, ao abarcar as questões de infra-estrutura produtiva e social, de desenvolvimento agropecuário e mineral, e de serviços agrícolas. Após essa pesquisa, diagnosticou-se uma série de gargalos ao desenvolvimento da região, e a partir daí, estabeleceram-se os objetivos e as metas a serem atingidos a fim de superá-los (BAHIA, 1980). Há, neste trabalho, uma preocupação com a análise das características específicas da região, e isso é mostrado claramente no texto:

O desenvolvimento estadual, como ocorre a nível nacional, se processa em diferentes ritmos nos seus diversos espaços regionais. O conhecimento das possibilidades e características de cada região capacita o Governo a traçar diretrizes básicas diferenciadas para cada uma delas, dentro do seu planejamento global, levando em conta que a organização espacial da economia é uma realidade concreta, que condiciona seu próprio desempenho e é por este modificado (BAHIA, 1980, p. 10).

Nesta mesma linha, outro trabalho realizado pela Secretaria de Planejamento do Governo Estadual (1988), realizou um 'Programa de desenvolvimento econômico e social do Oeste baiano' com base na identificação de déficits nas áreas de infra-estrutura (energia e logística), de meio-ambiente e dos setores produtivos. Após a caracterização de cada uma dessas áreas, através de dados estatísticos e pesquisas locais, esse trabalho buscou propor estratégias de atuação na área, visando o desenvolvimento regional (BAHIA, 1988).

Outro trabalho, com características semelhantes aos citados anteriormente, foi realizado pelo Banco do Nordeste (1998). Durante a pesquisa, fez-se primeiro uma mera descrição da região a ser trabalhada, a partir de uma caracterização geral da área dos cerrados brasileiros e baianos, quanto à vegetação, clima, área ocupada, tipo de ocupação, políticas governamentais, setores produtivos, dados socioeconômicos. Em seguida, apresentaram-se algumas potencialidades da região, assim como alguns pontos de estrangulamento de caráter geral, que foram identificados a partir de um *Workshop* realizado na cidade de Barreiras com a presença de diversas instituições e atores locais. Os resultados dessas discussões levaram à proposição de uma política regional para os cerrados baianos (BNB, 1998).

Os temas debatidos nesse *Workshop* foram relacionados às questões logísticas (infra-estrutura), ambientais, de pesquisa e desenvolvimento, de assistência técnica, de capacitação tecnológica e organização dos produtores, de produção, de mercado de insumos, de comercialização, e da agroindústria. Com base na identificação dos fatores alavancadores e restritivos de cada uma dessas questões, puderam-se propor ações com vistas a potencializar os fatores alavancadores e minimizar os restritivos (BNB, 1998).

Estes trabalhos aqui apresentados exemplificam o tratamento dado às questões espaciais pela literatura tradicional representante das abordagens espaciais, especialmente aos trabalhos realizados pelas entidades governamentais, que têm se mostrado, ao longo do tempo, preocupadas

em coletar e analisar os dados socioeconômicos das diversas regiões, com o objetivo de subsidiar políticas públicas nas áreas pretendidas. A seguir, apresentar-se-á as limitações enfrentadas por essas abordagens nos estudos regionais.

2.3.1 As Limitações das Abordagens Espaciais

Vimos na seção ‘Abordagens Espaciais’, alguns exemplos de trabalhos que se inserem neste tipo de abordagem, ao considerarem que a organização espacial da economia é um elemento dinâmico, que condiciona seu próprio desempenho e é por este modificado (BAHIA, 1980, p. 10). Entretanto, há nesta literatura, uma carência de uma análise mais aprofundada sobre a região, que incluiria tanto as questões espaciais, quanto às temporais – tal como essas questões foram abordadas, respectivamente, nas subseções ‘A espacialidade das teorias sociais’ e ‘A temporalidade das teorias sociais’ deste capítulo.

Quanto à análise espacial realizada por estas abordagens, apesar da relevância do tratamento dado ao espaço por estes trabalhos, através do conhecimento das especificidades locais de cada região a partir da interpretação dos dados socioeconômicos, vê-se, na prática, que os trabalhos realizados pelos organismos governamentais (representantes aqui das abordagens espaciais) não correspondem perfeitamente ao modo como Harvey qualifica uma análise espacial, tal como as ‘teorias sociais espaciais’ estudadas por ele tratam o espaço em suas análises.

Para Harvey, o espaço deve ser interpretado a partir das interações entre os atores sociais e o espaço, ou seja, como as práticas materiais interferem na organização e na produção do espaço. Para ele, os seguintes aspectos podem ser considerados nas análises espaciais, a saber: questões de acessibilidade e distanciamento, a maneira pela qual o espaço é ocupado, o modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço, entre outros (HARVEY, 1992, p. 202).

Desta forma, vê-se que as abordagens espaciais da região de Barreiras ainda encontram-se muito carentes de estudos mais aprofundados do espaço geográfico. Ao fazer uma análise apenas dos

dados socioeconômicos de uma determinada região, sem se preocupar com as interações intra e inter-regionais, ou seja, sem considerar o modo como os indivíduos se relacionam com o espaço geográfico, tem-se aí uma análise estática e não-relacional. Há, portanto, uma ausência de estudos na região de Barreiras que levam em consideração a análise espacial da forma como é apresentada por Harvey, isto é, há uma carência de estudos que enfatizem o espaço como um elemento que é ativamente produzido e modificado a partir de práticas materiais (HARVEY, 1992, p. 190).

Além das limitações de ordem espacial, estas abordagens também apresentam limitações temporais, ao desconsiderarem que os processos históricos ajudam a compreender melhor a configuração atual dos territórios, bem como não consideram as mudanças dos sentidos do tempo como uma grande contribuição à análise da dinâmica territorial da região em estudo. Em outras palavras, o tempo deve ser considerado por estas abordagens como um elemento dinâmico, que muda de acordo com as inserções de novas práticas materiais, podendo configurar-se de várias formas a depender de como os processos materiais são acelerados ou desacelerados pelas ações humanas (HARVEY, 1992, p. 205-206).

Frente às limitações tanto das abordagens temporais, quanto das abordagens espaciais aqui explicitadas, vê-se que os trabalhos realizados são ainda muito restritos quanto à análise da dinâmica regional dos espaços geográficos, o que dificulta a proposição de políticas que solucionem efetivamente os problemas regionais. Então, faz-se necessário uma superação destas limitações de ordem analítica através da integração do espaço e do tempo, como elementos dinâmicos na análise, e através de uma nova forma de interpretação do espaço, que integra diferentes dimensões teóricas do desenvolvimento regional, tais como as visões historicistas, construtivistas, geopolíticas e ambientais. Este novo conceito da análise regional será apresentado no próximo capítulo, através da contribuição teórica de David Harvey, com sua análise espaço-tempo e sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

3 A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE DAVID HARVEY À ANÁLISE REGIONAL

No capítulo anterior, fez-se uma breve apresentação das questões mais relevantes abordadas nos estudos existentes sobre a região de Barreiras. Buscou-se ressaltar que não há uma preocupação das abordagens tradicionais em analisar os acontecimentos com base em aspectos temporais e espaciais, conjuntamente, e, por isso, a análise da região torna-se limitada. A análise conjunta do espaço e do tempo leva em consideração tanto a abordagem histórica (análise temporal) – sendo que os sentidos do tempo modificam-se constantemente com a mudança do espaço, das relações sociais existentes e das práticas capitalistas de acumulação do capital – quanto a abordagem da relação dos atores e das instituições com o território (análise espacial).

Devido à pertinência de uma abordagem espaço-temporal e de um avanço de ordem conceitual na análise regional, que visa superar as limitações de ordem analítica da literatura tradicional sobre a região de Barreiras, apresentar-se-á neste capítulo, as principais contribuições de David Harvey para os estudos de desenvolvimento regional, que são: sua análise espaço-temporal e a sua contribuição à teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Na próxima seção, mostrar-se-á a proposta de Harvey de uma análise espaço-tempo, para em seguida, apresentar a contribuição teórica do autor aos estudos dos espaços geográficos, através de sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

3.1 A ANÁLISE ESPAÇO-TEMPO

Até aqui, foram mostradas as limitações das análises espaciais e temporais tanto do ponto de vista teórico (a análise do espaço e do tempo) como empírico (em termos de subsídios a formulação de políticas). Agora, vamos descrever o processo de superação dessas limitações a partir do programa de Harvey, o qual parte do entendimento que a análise que visa compreender a dinâmica socioeconômica espacializada deve considerar simultaneamente as representações no tempo e no espaço, tendo em vista que as práticas sociais são construídas a partir de mudanças em ambos. As teorias tradicionais – abordadas no capítulo anterior – enfatizam em sua análise, quando procuram fazer uma interpretação dinâmica dos seus objetos de estudo, ou a

temporalidade (isto é, o tempo em transformação, e não somente o ‘tempo cronológico’) ou a espacialidade, e nunca os dois juntos, em outras palavras, consideram apenas um elemento como dinâmico (espaço ou tempo) e o outro como fixo.

Harvey propõe que se considerem simultaneamente estas duas dimensões, já que ele contesta a idéia de um sentido único e objetivo de tempo e de espaço. A análise espaço-tempo integrada que ele propõe permite uma melhor compreensão dos modos pelos quais a mudança político-econômica contribui para práticas e processos materiais espacializados e, é por isto que ele chama à atenção para o modo como representamos o espaço e o tempo na teoria, pois a análise desses elementos afeta a maneira como nós interpretamos e depois agimos em relação ao mundo (HARVEY, 1992, p. 190).

A análise tanto do tempo quanto do espaço como elementos dinâmicos é de fundamental importância, já que cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço. Por isso, o espaço e o tempo não podem ser compreendidos independentemente da ação social, e nem ser interpretados isoladamente (HARVEY, 1992, p. 190).

David Harvey considera que os sentidos de tempo e espaço têm se alterado radicalmente no decorrer da história da humanidade, principalmente a partir da sociedade capitalista. Ele utiliza-se da expressão “compressão do espaço-tempo” para indicar o modo como o tempo e o espaço estão sendo representados na análise espaço-temporal das relações produtivas e sociais no sistema capitalista.

O autor pretende indicar com essa expressão que os processos revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Ele usa a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos

representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que ele tem em mente. Para Harvey (1992, p. 219):

À medida que o espaço parece encolher numa “aldeia global” de telecomunicações e numa “espaçonave terra” de interdependências ecológicas e econômicas, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente, temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal.

Podemos visualizar essa “compressão espaço-tempo” no capitalismo quando analisamos a busca desenfreada pela acumulação do capital. Existem fortes incentivos para minimizar o tempo de rotação do capital, e como consequência, vemos muitas inovações para acelerar a produção, a comercialização e o consumo. A distância é mensurada agora em termos de tempo e custo de movimento, por isso há forte pressão para reduzi-la, através da busca pela redução dos entraves da distância, como as inovações nos transportes e nas comunicações. Além disso, há também a redução do custo e do tempo de movimento das mercadorias, pessoas, capital e informação (HARVEY, 2006b, p. 100).

Na seção a seguir, far-se-á uma introdução à teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey, através de sua contribuição teórica aos estudos dos espaços geográficos (dos desenvolvimentos desiguais nos territórios) através da reconstrução das quatro condicionalidades de sua teoria geral.

3.2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey visa compreender o funcionamento do capitalismo num âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital e sua temporalidade pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios. Os desenvolvimentos geográficos são considerados por Harvey, como fortemente influenciados pela acumulação do capital, pela ação do homem na natureza, pela busca de redução do tempo de giro do capital (compressão espaço-tempo) e pelos

conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas (municipal, estatal, regional, nacional, internacional) (HARVEY, 2006b, p. 75).

Em função do exposto, fica claro que Harvey parte da matriz marxista, porém, dá um passo além na sua tentativa de interpretação dos desdobramentos do funcionamento do capitalismo, e integra à análise marxista a dimensão espacial. Neste sentido, ele espacializa a análise marxista, a partir da qual deu uma contribuição relevante ao estudo das relações entre ambiente territorial e organização social e humana, tendo como pano de fundo a acumulação do capital.

Seu projeto é resultado da conjunção de diferentes modos de pensar os desenvolvimentos desiguais, que são trazidos para uma área dinâmica de interação e transformados em uma teoria unificada, a qual cria novas condições de possibilidade analítica do desenvolvimento espacial. Com este propósito, ele integra em seu quadro referencial⁴, a contribuição das seguintes linhas de pensamento: temporais (marxista, principalmente); espaciais e; regionais (Desenvolvimento Regional), estas últimas distribuídas em quatro dimensões distintas, tais como, historicista, construtivista, geopolítica e ambientalista (HARVEY, 2006b, p. 71-77).

O estudo da teoria unificada desenvolvida por Harvey para o desenvolvimento de uma análise da dinâmica regional do território em geral é importante tanto do ponto de vista metodológico, como do ponto de vista teórico. A importância metodológica se revela na forma como ele faz a apropriação e integração de contribuições teóricas que lhe antecederam num todo unificado. A contribuição teórica é que ao levar em consideração o tempo e o espaço em constante movimento, nos dá uma ampla visão sobre a lógica da interação entre um ambiente territorial – aqui incluído o sistema produtivo em sua interface ambiental, o sistema financeiro com suas conexões globais (extra-regional) e o sistema urbano – e as organizações sociais e políticas, nos propiciando uma visão geográfica mais realista do desenvolvimento territorial no capitalismo.

⁴ Para um maior aprofundamento, ver a reconstrução do quadro referencial de David Harvey no artigo da própria autora, que foi recentemente aprovado para as Sessões de Comunicações do XIII Encontro Nacional de Economia Política, cujo título é ‘Com Harvey, além de Harvey: uma introdução ao desenvolvimento geográfico desigual’.

3.2.2 A Contribuição de Harvey

David Harvey em sua crítica histórico-geográfica ao capitalismo buscou apóia-la num corpo teórico unificado. Em sua tentativa de construir uma teoria crítica unificada do capitalismo, ele coroou seus esforços com a publicação recentemente em seu livro *Spaces of Global Capitalism*, de um capítulo sobre a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, que arremata sua teorização acerca da dinâmica do funcionamento do capitalismo, e aponta como proceder para integrar os aspectos geopolíticos, sociais, econômicos e ambientais à análise.

Os estudos já realizados sobre os desenvolvimentos geográficos desiguais no capitalismo ou em qualquer outro modo de produção nos mostram diferentes modos de pensar sobre essa questão. Para Harvey, esse assunto já foi amplamente discutido e pesquisado, e, portanto, não há nada que ainda não fora dito a respeito do conceito de desenvolvimento desigual. A sua contribuição para este estudo está, portanto, em apontar para a necessidade de uma interpretação teórica unificada, com o objetivo de desenvolver melhor uma teoria que integra as diferentes formas de manifestação de desenvolvimentos desiguais nos territórios (HARVEY, 2006b, p. 71).

Para isso, ele expõe alguns pontos de vista de diferentes campos teóricos que em sua opinião precisam ser considerados na formulação de uma teoria unificada do desenvolvimento geográfico desigual, e a partir de uma breve discussão sobre essas teorias, Harvey sugere uma forma de teorização que aponta para a possibilidade de construção de uma teoria geral. Ele não pretende, entretanto, esgotar todas as possibilidades de interpretação através de sua teoria unificada, e sim, contribuir com sua metodologia para a estruturação de uma teoria. Em sua concepção de teoria, ele argumenta que certos processos que são especificadamente independentes entre si (por exemplo, diferentes campos teóricos) podem e devem ser trazidos para uma área dinâmica de interação, a fim de integrar diferentes pensamentos em uma só teoria, e assim, torná-la mais abrangente (HARVEY, 2006b, p. 75-76).

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual precisa ser desenvolvida, e para atingir esse objetivo, Harvey tenta integrar diferentes modos de pensar o Desenvolvimento Regional para compor sua discussão acerca desse assunto. Ele selecionou quatro linhas de pensamento

diferenciadas – historicista, construtivista, geopolítica e ambientalista – e que devem ser consideradas na formulação de uma teoria sobre os desenvolvimentos desiguais. Além dessas dimensões teóricas, Harvey aponta para a necessidade de integrar à análise, o conceito de espacialidade, que tem sido desconsiderado pela maioria das teorias sociais. Nesse sentido, as contribuições das teorias sociais com enfoques temporais e espaciais foram cruciais para a estruturação de sua análise espaço-temporal, que será fundamental para a construção do seu argumento (HARVEY, 2006b, p. 71-77).

Como artifício de integração entre as dimensões teóricas regionais, teorias sociais temporais e teorias sociais espaciais, Harvey combinou quatro condicionalidades radicalmente distintas para compor sua ‘teoria unificada’, quais sejam: a) acumulação de capital no espaço e no tempo; b) a acumulação por espoliação; c) conflitos nas diferentes escalas geográficas e; d) a inserção material do processo de acumulação do capital na ‘teia da vida’ socioecológica. Esses elementos devem ser considerados, juntos, para o desenvolvimento de uma teoria sobre o desenvolvimento geográfico desigual no capitalismo (HARVEY, 2005, p. 75).

Segue a contribuição das quatro condicionalidades – acumulação no espaço-tempo, acumulação por espoliação, conflitos nas escalas geográficas e a inserção material na ‘teia da vida’ – para a estruturação da teoria geral de David Harvey, que implica na construção de argumentos de como a ‘teia da vida’, a ‘acumulação por espoliação’, ‘a acumulação através da reprodução ampliada do capital’ e ‘os conflitos nas diferentes escalas’ funcionam juntos e como geram desenvolvimentos geográficos desiguais no capitalismo.

3.2.1.1 Acumulação do capital no espaço e no tempo

Com a condicionalidade ‘acumulação do capital no espaço e no tempo’, Harvey busca analisar o funcionamento da lógica do capital (acumulação do capital) sob os aspectos espaciais e temporais, isto é, como a acumulação do capital atua frente às ordenações espaciais e temporais. Para este autor, a tendência inerente ao capitalismo é de sempre tentar comprimir o espaço e o

tempo, buscando superar as limitações impostas pelos espaços fixos (não flexíveis) e pelo fluxo ‘natural’ do tempo, e assim, intensificar o processo de acumulação do capital.

A tendência do capitalismo é de ter crises cíclicas de superacumulação, provocadas pela própria lógica de funcionamento do sistema capitalista, na busca incessante por mais-valia, através da acumulação do capital via exploração. Entretanto, na visão de Harvey, os capitalistas podem, ao menos temporariamente, solucionar essas crises de sobreacumulação através da reorganização do espaço e do tempo (‘ordenação espaço-temporal’), isto é, as soluções das crises capitalistas podem ser realizadas por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica (HARVEY, 2005, p. 98-99).

A idéia de David Harvey é que essa ‘ordenação espaço-temporal’ absorveria os excedentes de trabalho e de capital provenientes das crises de sobreacumulação através de ‘deslocamentos temporais’, mediante investimentos que adiam a futura reentrada de capital em circulação, como investimentos em projetos de capital de longo prazo (a exemplo de investimentos em infraestrutura econômica de transporte e de energia) ou em gastos sociais (como educação e pesquisa); ‘deslocamentos espaciais’, por meio da construção de novos espaços geográficos através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos (sociais e de trabalho) em outros lugares; ou ambos (HARVEY, 2005, p. 93). Este processo, por sua vez, traz no seu bojo um mecanismo que alavanca os riscos e a vulnerabilidade dos territórios produtivos em função do aceleração dos ‘deslocamentos temporais’ e ‘deslocamentos espaciais’ que integram e desintegram o território do circuito central de reprodução do capital ao longo do tempo e do espaço.

Estes processos buscam localizações superiores e inovações tecnológicas – vantagens possibilitadas pelos deslocamentos espaciais e temporais integrados – constituindo um diferencial competitivo (vantagem competitiva) para os capitalistas que se apropriam dessas vantagens, pois eles estarão adiando possíveis crises de sobreacumulação, tornando-se mais adaptativos e flexíveis a elas. Entretanto, esses tipos de vantagens – ‘vantagem da localização’ e ‘vantagem da tecnologia apropriada’ – criam uma concorrência territorial acirrada. Essa concorrência estimula ainda mais a criação e produção de localizações superiores (‘naturais’ ou ‘manufaturadas’ – de

menor custo), a apropriação de uma inovação tecnológica (produção de inovações tecnológicas – protegidas por direitos de propriedade ou por segredos – ou inovações organizacionais que assegurem uma maior capacidade de apropriação do excedente), a redução do entrave da distância (redução de barreiras espaciais), a aceleração temporal de processos naturais espacializados, enfim, a concorrência territorial, segundo Harvey, estimula o processo de ‘compressão espaço-tempo’ e, com ele os riscos e a vulnerabilidade associada aos territórios – novos parâmetros a serem considerados pelos formuladores de política regional.

A própria dinâmica de funcionamento do capitalismo, através da acumulação do capital, cria um ambiente competitivo para os territórios dentro do sistema. Então, a tentativa de acelerar certos processos, por meio da ‘compressão espaço-tempo’, ao mesmo tempo em que confere aos territórios detentores das vantagens locacionais e/ou tecnológicas um certo poder monopolista, confere também uma certa vulnerabilidade aos territórios e aos atores econômicos. Então, o comportamento competitivo entre os territórios gera um estado de contínuo movimento e de instabilidade crônica na distribuição espacial de atividades capitalistas – na medida em que os capitalistas buscam localizações superiores –, e nos processos de acumulação de capital, já que estes devem ser cada vez mais acelerados, e rapidamente uma tecnologia apropriada pode tornar-se ultrapassada com a descoberta de uma nova tecnologia. Sobre esse processo, Harvey (2005, p. 83) afirma que:

Funções de produção constantemente mudam e o espaço geográfico do capitalismo se torna instável. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial, tendendo portanto a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores.

Nosso autor acrescenta que os capitalistas não somente buscam por localizações superiores (‘naturais’) como também as produzem (‘manufaturadas’), de forma a manter vantagens monopolistas que, paradoxalmente, tanto aumenta a dependência geográfica, como reduz esta mesma dependência. Em relação à ‘localização manufaturada’, a qual se torna cada vez mais importante, ele aponta as duas principais formas encontradas pelos capitalistas para manter seus poderes monopolistas, tais como: uma ampla centralização do capital (domínio do poder financeiro, economias de escala e posição de mercado), e a apropriação de vantagens

tecnológicas por meio de direitos de patentes e de propriedade intelectual (HARVEY, 2005, p. 84).

A presença destes dois fatores (centralização do capital e a apropriação dos direitos de patentes) contribui para a configuração de uma ‘localização manufaturada’ na medida em que a centralização do capital (viabilizada pelo ambiente institucional) permite a algumas empresas ter um poder dominante ao longo da cadeia de valor, e em que os direitos de patentes (assegurado num determinado território por seu ambiente institucional) permitem a apropriação das vantagens. A vantagem locacional ‘manufaturada’ é também um importante mecanismo de ‘ordenação espacial e temporal’ na medida em que são requeridos novos investimentos em infraestrutura para a constituição de uma localização superior, assim como esses investimentos são necessários para o mecanismo de adiamento do tempo e da expansão geográfica.

As ‘ordenações espaciais e temporais’ tornam-se uma necessidade para absorver os excedentes de capital e de trabalho – através da produção do espaço, da organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, da criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e da penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) (HARVEY, 2005, p. 99) – o que implica num movimento fluido sobre o espaço por meio do adiamento do tempo e das expansões espaciais.

Mas, para tanto, são requeridas as instalações de infra-estruturas físicas no espaço em vez de liberar outras formas de capital e trabalho para o movimento espacial mais fácil. Então, ao mesmo tempo em que se necessita de um maior dinamismo para a realização dessas transformações geográficas, a ‘ordenação espaço-temporal’ só pode ser estabelecida através da instalação de infra-estruturas fixas no local, configurando-se num paradoxo, inércia geográfica versus dinamismo (HARVEY, 2005, p. 87).

A importância desta condicionalidade para a construção do pensamento de Harvey sobre os desenvolvimentos territoriais desiguais está em que, por meio dela, ele mostra que a busca

incessante em solucionar as crises capitalistas, através da ‘ordenação espaço-temporal’ e da ‘compressão espaço-tempo’, faz com que se crie uma concorrência territorial, e aumente a desigualdade entre os territórios e, em decorrência, a vulnerabilidade dos territórios produtivos inserido num mercado globalizado. A necessidade de uma nova política regional que abarque todo esse mecanismo aqui explicitado é uma questão crucial.

3.2.1.2 A acumulação por espoliação

Marx, em sua análise, relega a acumulação baseada na atividade predatória e na violência a uma “etapa original”. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é, por conseguinte, muito necessária (HARVEY, 2005, p. 120).

Todas as características da acumulação primitiva de Marx permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro, por exemplo, se tornaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório (HARVEY, 2005, p.122).

Então, para Harvey, a natureza econômica do processo descrito como acumulação primitiva ainda não acabou, pois este é o elemento que sustenta o sistema capitalista. Porém, como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, ele substituirá esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005, p. 121).

A acumulação do capital por meio da espoliação é uma condição necessária para a sobrevivência do capitalismo, pois, por meio dela, as crises de sobreacumulação inerentes ao próprio sistema podem ser, pelo menos por algum tempo, superadas. A condicionalidade da ‘acumulação por

espoliação' ajuda a resolver o problema da sobreacumulação de duas maneiras: produção de excedentes e desvalorização dos ativos específicos (capital e trabalho). A primeira acontece de duas formas: i) quando há apropriação de excedentes produzidos por outros ou ii) ao manipular aquelas condições naturais que permitem a fácil produção de excedente. A segunda acontece, por exemplo, quando se desvaloriza um ativo em lugar específico para valorizá-lo em outro.

Entre os exemplos da acumulação via espoliação por meio da produção de excedentes estão a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado) em direitos exclusivos de propriedade privada; a mercantilização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxaço, particularmente da terra; o comércio de escravos, a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2005, p. 121). Além desses, foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação, tal como o direito de propriedade intelectual, que através do licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados contra populações inteiras (HARVEY, 2005, p. 123).

Na forma de acumulação via desvalorização de ativos (que representa um novo mecanismo de espoliação), cria-se ou aproveita-se de processos espontâneos de desvalorização de ativos em determinados territórios, criando as condições para que os ativos (capital ou trabalho) desvalorizados sejam transacionados a preços de mercado muito baixos. Concluído esse processo de reciclagem dos proprietários, inverte-se a lógica de ação e passa-se a criar ou incentivar os processos espontâneos de valorização dos ativos, através de políticas governamentais, a exemplo dos programas de revitalização urbana, das operações urbanas consorciadas e dos ciclos espacializados da especulação imobiliária nos grandes centros urbanos (HARVEY, 2005, p. 123).

Essa condicionalidade traz explicitamente a idéia de desigualdade entre os territórios, causadas por espoliação de localidades, pessoas e ativos (capital e trabalho). Os desenvolvimentos desiguais são provocados pela ávida busca de acumulação de capital, e muitas vezes, os

capitalistas utilizam-se de meios agressivos (espoliativos) para alcançar seus objetivos e garantirem uma certa estabilidade, ao menos temporária, do seu poder capitalista.

3.2.1.3 Conflitos nas diferentes escalas geográficas

Harvey nos mostra com a condicionalidade ‘conflitos nas diferentes escalas geográficas’ que a questão da escala, tanto temporal quanto espacial, é de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista, e mais precisamente, do desenvolvimento desigual dos territórios. “O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais” (HARVEY, 2006b, p. 110). As escalas são, portanto, produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas (HARVEY, 2006b, p. 108).

As escalas espaciais são perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações (HARVEY, 2006b, p. 109). A escala da regionalidade pode fazer sentido em um tempo, mas pode, não necessariamente fazer em outro. Estruturas regionais têm que ser entendidas como inerentemente instáveis ao mesmo tempo em que a volatilidade do capital e trabalhadores entre eles se tornam endêmicos para o desenvolvimento geográfico desigual dentro do capitalismo (HARVEY, 2006b, p. 104).

A aniquilação do espaço através do tempo, por exemplo, exige transformações de escala na estruturação espaço-temporal da acumulação do capital. Isso se estende à escala espacial de mercadorias, do mercado financeiro tão bem como da fonte de informação. Tensões entre centralização e descentralização do capital, entre concentração geográfica e dispersão das atividades estão muito em evidência. Divisões territoriais do trabalho, tecnologias e formas organizacionais e econômicas também têm os mesmos impactos. A compreensão da produção de escala dentro do capitalismo é uma questão crucial. A escala geográfica dominante na qual a

acumulação ocorre tem sido alterada ao longo do tempo. A circulação do capital opera numa certa hierarquia de escalas existente dentro do processo de acumulação de capital, porém ela acaba criando sua própria organização das escalas de forma distinta à hierarquia inicial (HARVEY, 2006b).

Dado o exposto neste capítulo, admite-se que a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey trouxe à tona importantes questões a serem consideradas nos estudos acerca da espacialidade e da dinâmica de funcionamento do capitalismo, tais como: a) a idéia de ‘aniquilação do espaço através do tempo’; b) a concepção da produção de escalas geográficas e da regionalidade; c) as implicações das mudanças e geopolíticas instáveis do capitalismo; d) a pesquisa de uma nova ‘espacialidade fixa’ necessária para as ordenações espaço-temporais; e) a ‘mercantilização’ de todo o aspecto da vida diária (aqui se aplica a idéia do Habermas de colonização do ‘mundo da vida’ pelo ‘sistema’); f) a inserção econômica de formas materiais de vidas humanas na ‘teia da vida’ (a exemplo da inserção de novos modelos produtivos, como o produtivismo, e agora, mais recentemente, o pós-produtivismo); g) a ‘política dos conflitos sociais’ (redes de poder territoriais) (ROSSI, 2007, p. 554). Ou seja, questões que traçam os contornos de um novo programa de investigação no âmbito do desenvolvimento regional.

3.2.1.4 A inserção material do processo de acumulação do capital na ‘teia da vida’ socioecológica

A condicionalidade “a inserção material na ‘teia da vida’ socioecológica” refere-se à interação do homem (ações sociais) com o mundo vivo (sistema socioecológico). O conceito ‘teia da vida’ foi trabalhado inicialmente por Frijot Capra em seu livro *A teia da vida*, e David Harvey utilizou-se desse conceito para trabalhar sobre a rede de interconexões existente entre as práticas sociais e o sistema socioecológico (HARVEY, 2006a, p. 285-286).

O significado da ‘teia da vida’ em Capra remete-se à idéia de que os seres humanos estão inseridos num fluxo contínuo de processos vivos que podem afetar individual e coletivamente por meio de suas ações, as práticas sociais. Essa ‘teia da vida’ pode ser vista como os modos pelos

quais as ações do homem se disseminam entre a rede de interconexões que constitui o mundo vivo (HARVEY, 2006a, p. 285-286).

Para Harvey, a introdução dessa condicionalidade para a compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais é de grande relevância, já que os ajustamentos e adaptações que ocorrem na vida diária têm forte relação com as ações do homem, ou mais precisamente, com as ações humanas no sistema capitalista (HARVEY, 2006a, p. 285-286). Para ele, seria impossível sustentar a visão de que o capitalismo tem somente uma vaga relação com a vida diária, como defende Habermas em seu livro *Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason* (HARVEY, 2006b, p. 79-82).

Harvey discorda de Habermas por este defender a existência de alguns espaços protegidos e segregados do ‘mundo da vida’, a esfera das relações não instrumentais – a exemplo das relações que atam os pais com os filhos, os amantes, etc. – blindado das relações do ‘sistema’, que é a esfera das relações de natureza estritamente instrumentais (a exemplo da relação salarial), e denunciar o problema da colonização do ‘mundo da vida’ pelo ‘sistema’.

Para Harvey, aceitar essa concepção de divisão entre o ‘mundo da vida’ e o ‘sistema capitalista’ com que opera Habermas exige abandonar tudo o que Marx nos ensinou com a investigação do materialismo histórico. A preocupação de Harvey está em mostrar o “capital” dentro da ‘teia da vida’, isto é, as relações existentes entre o sistema capitalista e a ‘teia da vida’ socioecológica. (HARVEY, 2006b, p. 79-82).

Karl Marx já chamava atenção para os poderes “flexíveis” do capital em sua busca pela mais-valia e, esta compreensão da capacidade flexiva e adaptativa do sistema capitalista frente às mudanças na ‘teia da vida’ social e ecológica é um dos desafios enfrentados por David Harvey em suas análises. Para ele, o capitalismo tem modificado seus comportamentos, por exemplo, através de seus encontros com os limites e restrições ambientais. Novos arranjos institucionais estão constantemente sendo constituídos em resposta às circunstâncias da inserção material da circulação do capital dentro da ‘teia da vida’ (HARVEY, 2006b).

O conceito de inserção material na ‘teia da vida’, compreendido tanto em termos ecológicos como sociais, se torna crucial para a teorização do desenvolvimento geográfico desigual. A compreensão dos desenvolvimentos desiguais no capitalismo depende, primeiramente, do entendimento da produção da natureza através das ações capitalistas. Esta ‘produção da natureza’ deve ser entendida como um processo de intensas variações internas decorrentes da inserção material da acumulação do capital na ‘teia da vida’ (HARVEY, 2006b, p. 87-88).

O desenvolvimento geográfico desigual configura-se em diversos níveis da vida. No nível da vida diária é o produto dos processos através do qual construímos nós mesmos e nosso mundo através de ações transformadoras. No nível econômico, os processos materiais diversos (físico, ecológico e social) devem ser apropriados, usados e remodelados para os objetivos da acumulação do capital esparramando-se em várias escalas espaciais. De modo oposto à dinâmica da vida diária, a acumulação do capital tem que se adaptar e, em algumas circunstâncias, ser transformada pelas condições materiais. A inserção material na ‘teia da vida’ socioecológica seria um processo de “materialização” que a interferência dos seres humanos no mundo vivo está provocando em todos os níveis (HARVEY, 2006b, p. 86).

Então, o desenvolvimento geográfico desigual reflete as diferentes formas em que os diversos grupos sociais têm inserido materialmente seus modos de sociabilidade na ‘teia da vida’, compreendida como um sistema socioecológico. O sistema é aberto e dinâmico e, claramente, existem exemplos abundantes de conseqüências não intencionais da ação social tão bem como todas as formas de mudanças ambientais que ocorrem simplesmente por causa da “perpétua busca por inovação” dentro da natureza (HARVEY, 2006b, p. 77-78).

Com essa condicionalidade, Harvey introduz em sua análise uma relação de causalidade entre a ‘teia da vida’ e as práticas capitalistas (lembrando que essas práticas capitalistas vêm se modificando ao longo do tempo, como por exemplo, a introdução de novos modelos produtivos em diversos períodos históricos). Os desenvolvimentos desiguais são causados por esta rede de interconexões existente entre a ‘teia da vida’ e as práticas capitalistas (um modelo de produção, por exemplo), principalmente devido à vulnerabilidade em potencial da natureza predatória da inter-relação entre essas duas instâncias. Esse tipo de análise é muito importante para a

compreensão do funcionamento do sistema capitalista, pois o introduz numa análise dinâmica e interconectada.

4 UMA VISÃO SOBRE A DINÂMICA DA REGIÃO DE BARREIRAS À LUZ DAS TEORIAS DE DAVID HARVEY

A contribuição de David Harvey para a construção de uma teoria sobre os desenvolvimentos geográficos desiguais no capitalismo vai desde a relevância teórica de suas condicionalidades – a exemplo da introdução da análise espaço-temporal (‘compressão espaço-tempo’) e de questões importantes como a ambiental (restrições ambientais) e a escalar (escalas geográficas) – até a contribuição metodológica, através da estruturação de um arcabouço teórico unificado que integra diferentes abordagens do desenvolvimento regional – historicistas, construtivistas, ambientalistas e geopolíticas.

Desta forma, utilizaremos a estrutura teórico-metodológica de Harvey para analisar a dinâmica regional da região de Barreiras. A insuficiência das abordagens tradicionais em explicar as causas dos desenvolvimentos desiguais territorializados, já que, como foi apresentado no capítulo 2, se utilizam apenas de um marco referencial (o tempo ou o espaço), nos levou a adotar um novo tipo de abordagem que integra as questões temporais e espaciais à análise, para entender a reorganização do espaço rural e urbano da região de Barreiras face ao processo de ocupação recente da região.

4.1 AS CONDICIONALIDADES DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE BARREIRAS

Diante das limitações das abordagens tradicionais tanto a nível conceitual (desconexão das análises temporais e espaciais) como a nível analítico (insuficiência dessas abordagens para a análise da dinâmica regional dos territórios no espaço e no tempo), e tendo em vista dar uma contribuição à análise regional dos cerrados baianos, apresentar-se-á, neste capítulo, uma nova agenda de investigação – isto é, alguns apontamentos de como proceder na análise da dinâmica espaço-temporal de um território – da região de Barreiras, tendo como referencial teórico a contribuição de Harvey abordada no capítulo anterior.

Desta forma, a região de Barreiras será apresentada aqui como uma experiência emblemática da manifestação simultânea das quatro condicionalidades da teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey, configurando-se, assim, em um estudo de caso sobre ‘as condicionalidades do desenvolvimento da região de Barreiras’. Este estudo de caso, tal como entendido por Harvey (2006a, p. 78-79), deve estar ‘fundamentado teoricamente’, e o corpo teórico utilizado nesse estudo, por sua vez, deve ser entendido como uma estrutura envoltória do argumento que apreende os processos sociais que são inseridos materialmente na ‘teia da vida’. Por isso, o estudo de caso sobre a região de Barreiras internaliza a teoria do desenvolvimento geográfico desigual para fundamentar a pesquisa sobre o processo de desenvolvimento da região.

O principal *insight* de Harvey para o nosso estudo é a análise espaço-tempo. A importância de uma abordagem tanto espacial quanto temporal para um estudo de uma região deve-se ao fato de que as práticas sociais são construídas a partir de mudanças no tempo e no espaço. Através das práticas sociais, não somente os espaços são criados, como também novas formas de espacialidade (isto é, novas formas de representação e interpretação do espaço). Além disso, devemos estar atentos aos sentidos do tempo nos diferentes contextos históricos. O sentido do tempo pode alterar-se rapidamente com as inserções de novas práticas materiais (a adoção de uma nova tecnologia, por exemplo). Por isso, ao analisarmos um espaço geográfico devemos levar em conta tanto os aspectos espaciais quanto os temporais.

A outra contribuição de Harvey para o nosso estudo está em apontar uma estrutura teórica bem ampla (suas quatro condicionalidades), abordando os aspectos econômicos (‘acumulação do capital no espaço e no tempo’), sociopolíticos (‘acumulação via espoliação’), geopolíticos (‘conflitos nas diferentes escalas geográficas’) e ambientais (‘inserção material na ‘teia da vida’ socioecológica’). Ao relacionar cada uma dessas condicionalidades ao desenvolvimento da região de Barreiras – tendo como referencial temporal a introdução da moderna agricultura capitalista produtivista ancorada na soja –, poderemos construir uma agenda de investigação da dinâmica regional de Barreiras.

Assim, o estudo acerca da região de Barreiras constará da análise espaço-temporal – através da compreensão da dinâmica de funcionamento da região em diferentes contextos históricos (cada

um deles com um sentido de tempo próprio) e em diferentes formas de espacialidade (apropriação do espaço, domínio do espaço, produção do espaço e ‘fricção da distância’) – e da análise das condicionalidades, através da associação dos principais elementos destas (busca por inovações tecnológicas, apropriação dos excedentes, conflitos de interesses e restrições ambientais) às características específicas da região. Ou seja, analisar-se-á, nas seções a seguir, cada uma das condicionalidades atreladas à análise espaço-temporal (a análise estará dividida em dois períodos: antes e depois da implantação do modelo produtivista na região de Barreiras iniciado com a sojicultura), para em seguida (na conclusão) delinear os novos contornos da política regional sob o ponto de vista da análise que será realizada aqui.

Frente à necessidade de uma apreensão da dinâmica espaço-temporal da região de Barreiras para a formulação de uma política regional que esteja coerente com as necessidades da região, deve-se estar atento aos novos desafios de políticas que a região terá que enfrentar. O regime agrícola produtivista, que aqui apontamos como um ‘marco referencial’ da análise da região, vem passando por um processo de transição a nível internacional (em relação às concepções de políticas agrícolas) para um outro regime agrícola – denominado de pós-produtivista – que tem como axioma central uma crítica ambientalista da moderna agricultura intensiva produtivista (WILSON, 2001 apud WARD, 2008, p. 119).

4.1.1 Acumulação do capital no espaço e no tempo

Em linhas gerais, essa condicionalidade trata do modo como a incessante busca pela acumulação cada vez maior do capital atua frente às restrições temporais e espaciais, ou seja, como os capitalistas tentam ‘comprimir os sentidos do espaço e do tempo’ a fim de acelerar os processos de acumulação de capital, na tentativa de adiar possíveis crises. Um ponto central a se investigar a partir desta condicionalidade é a criação de vantagens competitivas (‘vantagem da localização’ e ‘vantagem da tecnologia apropriada’). Estas vantagens asseguram certas condições privilegiadas (‘assimetria de poder’) dentro dos ‘arranjos organizacionais’ nos quais a produção é efetivada, principalmente, devido à centralização do capital (domínio do poder financeiro,

economias de escala e posição de mercado) e da apropriação de vantagens tecnológicas por meio de direitos de patentes e de propriedade intelectual (HARVEY, 2005, p. 84).

Essas vantagens criam uma concorrência territorial acirrada (entre as redes de produtores), e esta, por sua vez, estimula ainda mais a criação e produção de localizações superiores (isto é, de menor custo) ‘naturais’ ou ‘manufaturadas’, a apropriação de uma inovação tecnológica (direitos de patentes e de propriedade intelectual), a redução do entrave da distância (redução de barreiras espaciais), a aceleração temporal de processos naturais espacializados. Enfim, a concorrência territorial estimula o processo de ‘compressão espaço-tempo’.

Segundo Harvey (2005), a tentativa de acelerar certos processos, por meio da ‘compressão espaço-tempo’, ao mesmo tempo em que confere aos detentores das vantagens locacionais e/ou tecnológicas uma certa condição ‘privilegiada’ (que permite a inserção do território dos cerrados no circuito global de valorização do capital), confere também uma certa vulnerabilidade aos territórios e aos atores econômicos. A questão da vulnerabilidade é crucial para a análise da região de Barreiras, pois é necessário saber até que ponto o território se adapta às instabilidades (restrições) de ordem econômica, política, institucional, ambiental, entre outras.

Além dos fatores citados, temos também as questões da ‘infra-estrutura fixa’ e da ‘ordenação espaço-temporal’. Para Harvey (2005), as instalações de infra-estruturas fixadas no espaço são necessárias para o movimento de ‘ordenação espaço-temporal’ – que absorve os excedentes de capital e trabalho provenientes das crises de sobreacumulação – por meio do adiamento do tempo e das expansões espaciais. Apesar dos movimentos de ‘adiamento do tempo’ (investimentos em projetos de capital de longo prazo, como em infra-estrutura de transportes, ou investimentos em gastos sociais, como educação e pesquisa) e de ‘expansões espaciais’ (construção de novos espaços geográficos através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos sociais e de trabalho) representarem movimentos fluidos do capital e do trabalho no tempo e no espaço, é imprescindível a instalação de infra-estruturas fixas no local para que esse processo se concretize (HARVEY, 2005, p. 87).

A partir do exposto acima, far-se-á um esquema analítico das principais questões que devem ser tratadas ao se analisar esta condicionalidade aplicada à região de Barreiras, quais sejam: a) vantagem da localização; b) vantagem da tecnologia apropriada; c) centralização do capital (redes de poder dos ‘arranjos organizacionais’); d) barreiras espaciais (logística); e) aceleração da função de produção (ciclo produtivo); f) infra-estruturas fixas (rede de cidades). Deve-se salientar que não se pretende aqui esgotar o assunto, trata-se apenas de alguns apontamentos de como proceder na análise da dinâmica espaço-temporal de um território.

4.1.1.1 Vantagem da localização

Este ponto ‘vantagem da localização’ é uma característica importante quando se trata da região de Barreiras. A localização superior dos cerrados foi essencial para a entrada de capitais externos na região e para a introdução de uma moderna agricultura. No período anterior à soja, o determinante para a ocupação dessa região era sua estratégica localização de entreposto comercial da região devido à navegabilidade de seu principal rio (o Rio Grande). Era considerada, portanto, eixo de entroncamento das estradas com o rio navegável, onde tropeiros e boiadeiros se encontravam com as barcas que faziam os transportes dos produtos para os centros consumidores. Além disso, o ciclo da borracha favoreceu muito à região de Barreiras – que era extremamente rica em mangabeiras – e deu início ao primeiro ciclo migratório em direção à região a partir da década de 1870. Nesta mesma época, outros produtos exportáveis e bastante lucrativos, a exemplo da cana-de-açúcar, do charque e do algodão, também atraíram muitos investidores (fazendeiros, especuladores e comerciantes) para a região de Barreiras (PITTA, 2008).

Em busca de uma localização superior (com altas expectativas de lucros e custos baixos), os investidores encontravam na região de Barreiras muitas vantagens, tais como: grande quantidade de terras baratas, muitos rios, potencial para a agricultura e pecuária, canal de escoamento da produção (fluvial) (PITTA, 2008). Nesta época, havia muitos empreendedores na região, que realizaram grandes investimentos industriais e de infra-estrutura, a exemplo das iniciativas de

Geraldo Rocha, que alavancou o desenvolvimento da região de Barreiras com investimentos na área energética e agroindustrial (BARREIRAS, 2008a).

Geraldo Rocha tornou-se o maior empreendedor de Barreiras no período anterior à inserção da moderna agricultura nos cerrados baianos, onde fundou a empresa Companhia Sertaneja. Construiu também a hidroelétrica, inaugurada em 1928, que possibilitou o início da industrialização da região a partir da década de 1930, com serrarias, curtumes e um frigorífico industrial – este último também foi construído por ele, e chegava a abater 5.000 reses por mês e produzia charque, presunto, salame e outros tipos de carne industrializada, para exportação. Ainda construiu e doou à região, um hospital a quem deu o nome de Eurico Dutra – este hospital é, até hoje, de grande porte, só ficando atrás do recém inaugurado Hospital do Oeste – e convidou o Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, para inaugurá-lo, hospedando-o em sua fazenda Água Doce. Nesta fazenda, também hospedou o Presidente do Brasil Getúlio Vargas, que também visitou Barreiras a seu convite com o intuito de conseguir investimentos para a região, e o Presidente da Argentina, Juan Domingo Perón e a primeira-dama Eva Perón, o que mostrava sua grande articulação com os capitais externos (PITTA, 2005).

Porém, essas condições de atração de capital começam a se alterar a partir dos anos 1970. Já nesta década são criadas as condições para a redefinição regional dos anos 1980 (período em que a moderna agricultura foi introduzida na região), não apenas por conta dos acordos firmados em favor do desenvolvimento das áreas de cerrados em redor, mas pelo fato de que então se completa o processo de estruturação fundiária que precede o ingresso da agricultura capitalizada de soja no oeste baiano (UDERMAN, 1992, p. 176).

Na década de 1970, dois projetos do governo de grande relevância para a região foram implementados, quais sejam: os projetos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF) e os projetos financiados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). No primeiro caso, o projeto inicial de irrigação atingiu 400 produtores de regiões do Nordeste (como Pernambuco e Ceará), como também de outras regiões do Brasil (inclusive a região Sul) tendo como objetivo a produção de produtos básicos como o feijão, arroz e os hortifrutigranjeiros de modo geral. Posteriormente, foram

implantados mais quatro projetos, estes agora de cunho empresarial, visando os engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e empresários locais. No segundo caso, os projetos financiados pela SUDENE – a exemplo dos projetos de gado, de camarão, de agricultura moderna e até do frigorífico que foi instalado na região com a capacidade de produção de 1.200 cabeças/dia – trouxeram produtores e especuladores à região. Entretanto, como lembra as capitânias hereditárias, apenas alguns desses projetos prosperaram, e este número não totaliza 10% do capital aplicado nesses projetos. Tanto a CODEVASF quanto os projetos da SUDENE tiveram uma importância no processo de reestruturação da dinâmica socioeconômica da região nesta época (SANTIAGO, 2008).

Além disso, a realização de investimentos em infra-estrutura – sobretudo aqueles ocorridos em meios de transporte, meios de comunicação e geração e distribuição de energia elétrica, nos meados da década de 70 do século XX –, os incentivos governamentais dados ao plantio da soja, o baixo preço das terras disponíveis para o seu cultivo e a possibilidade de inserção de novas tecnologias na agricultura dos cerrados complementam os fatores de atratividade de capital para a região, estimulados pela sua ‘localização superior’. Assim, as novas condições de atração de capital são formadas pelo tripé: novas tecnologias, nova estrutura fundiária e nova infra-estrutura viária (BAIARDI, 2004, p. 956).

Então, pode-se dizer que a região de Barreiras teve dois períodos desenvolvimentistas com características bastante diferenciadas. No primeiro período – desde 1870 até meados da década de 1970 – os dois principais fatores que determinavam a atração de capitais externos baseavam-se nas vantagens comparativas do território, que eram sua localização estratégica (eixo de entroncamento fluvial) e o potencial de produtos agrícolas e pecuários destinados ao comércio globalizado (borracha, cana-de-açúcar, algodão) e, em menor intensidade, ao comércio regional (carne).

Já no segundo – a partir de meados dos anos 1970 até os dias atuais – essa configuração foi alterada substancialmente, pois os fatores que passam a atrair os capitais externos estão associados às vantagens competitivas – isto é, vantagens criadas. A região passa a ter uma ligação maior com outras regiões (entroncamento rodoviário) através da construção das BR 242, 020,

349, 135 e a BA 172. Ou seja, a noção de espaço regional é alterada para uma escala mais ampla. Além disso, a inovação tecnológica (principalmente através da agricultura capitalista da soja) altera o sentido do tempo, tornando-o mais acelerado. As condições de atratividade do capital mudaram juntamente com as noções espaciais e temporais e, por isso, são atreladas ao novo cenário que se implantou na região: terras de baixíssimo custo, propícias para plantação de soja e com incentivos governamentais (ou seja, incentivos financiados pelo fundo público, que neste caso visa a atender à demanda de setores ligados ao capital produtivo).

4.1.1.3 Vantagem da tecnologia apropriada

Este ponto ‘vantagem da tecnologia apropriada’ também merece destaque ao se estudar a dinâmica da região de Barreiras. No período antes da introdução da soja nos cerrados baianos havia, no entanto, grandes empreendedores (comerciantes e fazendeiros) que detinham capital para a realização de investimentos para incrementar o próprio negócio. Na década de 1870, as fazendas já possuíam seus engenhos, suas rústicas casas de farinha e rodas d’água para mover as engenhocas de beneficiar o arroz e o milho (PITTA, 2008).

Antes de 1920, a eletricidade era produzida por locomóvel queimando madeira. Abriram-se as primeiras indústrias beneficiadoras de algodão, arroz e milho, limitadas pela oferta de energia, que era escassa e cara. Então, em 1920 foi iniciada a construção da hidroelétrica, pela firma Sertaneja, de Geraldo Rocha e dos Coronéis Francisco Rocha e Antônio Balbino de Carvalho. Inaugurada em 1928, pôde lançar Barreiras na era da industrialização, possibilitando a entrada de novos investimentos, como matadouro-frigorífico, beneficiadoras de milho, arroz e algodão e até uma fábrica de tecidos (PITTA, 2008).

Então, trata-se de uma apropriação tecnológica financiada com capitais próprios e voltada para o beneficiamento industrial, que visa atender um mercado regional. Nessa época, o processo de compressão espaço-tempo ainda não era acelerado como o é atualmente. O processo de ‘aceleração do tempo’ ocasionado pela inserção de uma nova tecnologia se dava pela chegada da

energia elétrica (construção da hidrelétrica), das fábricas de beneficiamento de produtos agrícolas (usinas beneficiadoras) e pecuários (frigorífico).

Já no período da década de 1980, a principal causa do surto desenvolvimentista dessa época foi a inovação tecnológica que possibilitou a conquista dos cerrados, através da mecanização do campo, possibilitada por pesquisas visando o aumento da produtividade das culturas. A utilização de adubos e fertilizantes também se tornou um diferencial competitivo. Outra forma de mecanização do processo de produção de grãos foi a introdução, sobretudo em propriedades de maior dimensão (em geral empresas agrícolas), de sistemas privados de irrigação, como forma de aumentar o controle sobre o processo produtivo, buscando diminuir os riscos da agricultura de sequeiro e obter um aumento de produtividade (SANTOS FILHO, 1989, p. 78).

Em relação à inovação tecnológica, esta tendência foi aprofundada com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (Fundação BA⁵) em convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – esta última, vinculada ao Ministério da Agricultura, dá continuidade ao processo de uso dos recursos do fundo público (financiamento público), que influi, decisivamente, sobre a taxa de lucro de setores inteiros e até de ramos especiais da reprodução (como o de “pesquisa de ponta”) no interior do setor oligopolista – vêm promovendo um amplo programa de pesquisa visando a melhoria na produtividade das culturas, a resistência à pragas e doenças e adaptando cultivares de soja, milho, café e algodão às condições climáticas da região. Esses órgãos vêm também realizando ensaios de competição de híbridos de milho, o melhoramento genético, o manejo e a fertilidade do solo para o algodão e já lançaram os primeiros cultivares de soja genuinamente baianos (BARREIRAS, 2008h).

Aos detentores dessas tecnologias – apenas os médios e grandes agricultores – confere uma certa vantagem competitiva. A inovação tecnológica vem comprimindo o sentido do tempo, através do aumento da produtividade (aceleração dos processos de produção) e do espaço, por meio do aumento da escala de abrangência do produto comercializado. Assim, a compressão espaço-tempo aumenta a concorrência territorial por criar vantagens competitivas, e esta, por sua vez,

⁵ A Fundação BA é uma empresa privada, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável da agricultura no Oeste Baiano. Conta atualmente com 26 sócios quotistas e 1.130 produtores associados que juntos cultivam 1,3 milhão de hectares (BARREIRAS, 2008i).

cria uma certa vulnerabilidade no território, fazendo com que os capitalistas tenham que se adequar às novas exigências técnicas impostas pelos países compradores dos produtos, além de ter cada vez mais que investir em inovação tecnológica para garantir o aumento da produtividade e a permanência no mercado. Desta forma, o processo de compressão espaço-tempo torna imperativo não só uma nova gestão do negócio, o que já vem acontecendo, mas também uma nova gestão do território – através de investimentos públicos que aumentem a competitividade da região frente às outras regiões do mundo que disputam os mesmos mercados –, o que ainda não aconteceu.

Neste sentido é ilustrativo as novas prioridades que estão sendo estabelecidas através de reformas para a Política Agrícola Comum (PAC) – em inglês, *Common Agricultural Policy* (CAP) – para desenvolver uma política agro-ambiental a fim de encorajar práticas agrícolas ambientalmente corretas (WARD, 2008, p. 118), deve-se chamar atenção para a necessidade de uma nova política regional na região de Barreiras que aponte para o direcionamento dos recursos do fundo público para estas novas tendências de políticas agrícolas, que atendam a um novo regime produtivo que já está sendo implantado na Europa, o pós-produtivismo.

4.1.1.3 Centralização do capital

Essa característica da ‘centralização do capital’, tal como é abordada por Harvey (2005, p. 84), refere-se, principalmente, ao domínio do poder financeiro, à produção em larga escala (economias de escala) e à posição dominante no mercado. Isto é, abarca questões como: quais são os atores sociais e/ou instituições que detêm o domínio do poder econômico e financeiro? Mas, no caso específico da região de Barreiras, a questão a ser investigada é em relação à articulação do poder entre os arranjos organizacionais, tendo em conta que a apropriação do excedente gerado nos territórios produtivos é feito de forma mediada pela estrutura de governança estabelecida ao longo da cadeia de valor. A centralização do capital aqui seria traduzida em uma rede de poder territorial, que faz a mediação entre o fundo público (poder político) e os controladores dos arranjos organizacionais (agentes privados).

Antes da introdução da moderna agricultura nos cerrados baianos, a economia pautava-se em um modelo fortemente enraizado em uma política coronelista de grandes latifundiários, detentores de vastas áreas de terra, do poder político e dos benefícios gerados pela riqueza produzida (excedentes produtivos). A estrutura de poder era bastante concentrada, já que os políticos locais eram também os grandes fazendeiros e comerciantes da região (BARREIRAS, 2008d). Estes atores políticos detinham o poderio político e econômico daquela época, e por isso, através da articulação dos seus interesses, compunham a rede de poder territorial da região de Barreiras.

Esta rede de poder era articulada por um seletivo grupo de pessoas, os grandes empreendedores e políticos da região. Os investimentos de infra-estrutura (energia, principalmente) eram, em sua grande maioria, privados. Como exemplo temos o caso da hidroelétrica da região, que foi construída e inaugurada por um grande empreendedor da época, Geraldo Rocha, trazendo um enorme desenvolvimento para a região na década de 1920, já que a atividade industrial precisava de uma oferta de energia abundante. Logo em seguida, foram inaugurados: um frigorífico industrial, beneficiadoras de grãos (milho, arroz e algodão), e também uma fábrica de tecidos (BARREIRAS, 2008c; PITTA, 2008).

O Estado atuava muito pouco naquela região na época anterior à década de 1970. Os grandes investimentos da região eram realizados pelos principais atores econômicos, o que aumentava ainda mais, seus poderes políticos. Na realidade, não havia uma separação clara entre a classe política e a elite econômica da região. Além disso, a forma de organização social e econômica – baseada no coronelismo – dava amplos poderes ‘políticos’ a quem detinha o poder econômico. Portanto, era assim que funcionava a rede de poder da região de Barreiras neste período, uma articulação de interesses entre atores sociais de grande prestígio econômico e político. Os governos estadual e federal passam a atuar na região, de fato, a partir da década de 1970, através de investimentos públicos, principalmente para a implantação de estradas, ampliação do fornecimento de energia elétrica e apoio financeiro e tecnológico aos produtores rurais (BARREIRAS, 2008d).

Após a implantação da soja nos cerrados, a estrutura de poder modificou-se amplamente, passando para as mãos dos novos empresários sulistas, das grandes empresas e do Estado. A

articulação entre atores e instituições (rede de poder) tornou-se mais complexa, com um número maior de agentes econômicos envolvidos – intra e extra-regionais –, cada um com interesses diferenciados. Neste período de pós-implantação do modelo capitalizado de soja, a rede de poder da região articulou-se entre os agricultores médios e grandes – organizados em cooperativas –, as empresas agropecuárias e comerciais, as agroindústrias e, ainda, os grandes bancos, as imobiliárias, e o Estado. Além desta articulação intra-regional, há também uma integração das estruturas locais com as instituições e mercados capitalistas extra-regionais. Este processo é descrito por Uderman (1992, p. 181) da seguinte forma:

Fruto do processo de expansão capitalista, as redefinições por que passam os municípios dos Cerrados Baianos incorporam alterações na estruturação do poder local, nas forças produtivas dominantes, nas relações de produção rurais e urbanas, nos vínculos mantidos com instâncias situadas em outros espaços e, finalmente, na forma de extração dos excedentes produtivos. O Estado, embora contido nas suas decisões de intervenção direta sobre a organização do processo de produção regional, aparece como principal agente do fenômeno em questão, nortando ações privadas e conduzindo de forma indireta as transformações estruturais que se estabelecem.

No período de implantação da moderna agricultura de soja nos cerrados baianos, o Estado patrocinou fortemente as práticas industriais e agrícolas inseridas na lógica externa de acumulação do capital. Além dos incentivos à produção, através do financiamento público e da presença de órgãos técnicos e de pesquisas na área da agropecuária, o Estado investiu em infraestrutura de transportes, de energia e de serviços urbanos. E a partir disso, comandou e reforçou diversas iniciativas de acumulação privada, que fez surgir e se desenvolver “diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo grande parte responsáveis pelo desempenho positivo apresentado pelas atividades econômicas da região” (ARAÚJO, 2000, p. 172).

Logo após a introdução da sojicultura nos cerrados baianos, outras entidades – cooperativas e empresas – passaram a estimular o processo de acumulação de capital na região, com o apoio do Estado, e, com isso, ter um papel atuante na rede de poder local. Essas entidades, ao promover transformações nas estruturas sociais, econômicas e políticas vigentes, conduziram uma reestruturação territorial e um processo de urbanização crescente, caracterizado pela elevada concentração de atividades em Barreiras, cidade-pólo da região, e pelo surgimento de novas vilas

– como Mimoso do Oeste (hoje Luís Eduardo Magalhães), Novo Paraíso e Roda Velha (UDERMAN, 1992, p. 183).

A cooperativa passou a ser um elemento importante na estrutura de poder local, na medida em que inseriu os agricultores cooperados na lógica de produção externa, e estes dependiam delas para se inserirem no mercado extra-regional. As entidades cooperativas tornaram-se instrumentos de enquadramento das normas produtivas às especificações do mercado mundial e de garantia do cumprimento de pré-requisitos impostos pela agricultura capitalizada da soja (UDERMAN, 1992, p. 182-185). Para Uderman, a entidade cooperativa seria a principal responsável em garantir o desenvolvimento e o sucesso do ‘modelo produtivista’ – nos moldes de Couto Filho (2004a; 2004b) – nos cerrados baianos, como está explicitado em seu texto:

Prestando serviços de beneficiamento, armazenagem, comercialização de insumos e da produção, assistência técnica e aluguel de máquinas e equipamentos, essas cooperativas orientam a produtividade dos associados e a qualidade dos seus produtos, normatizando procedimentos técnicos e operacionais que pressupõem relações comerciais e financeiras com entidades externas (UDERMAN, 1992, p. 187).

Assim como a cooperativa, a estrutura empresarial local, a partir do surto da sojicultura e do incremento populacional a ela associado, também apresentou modificações de grande peso, que repercutiram sobre a reorganização das atividades regionais e determinaram a ampliação do espaço de realização do ciclo do capital social. Desde o início dos anos 1980, o crescimento das atividades comerciais e de serviços na região tem superado quaisquer expectativas, não apenas devido à expansão de empresas previamente implantadas, mas, sobretudo, em função do ingresso de organizações atraídas pelo desenvolvimento da atividade agrícola na região (UDERMAN, 1992, p. 189).

As entidades empresariais, e, principalmente, as agroindústrias, possuem grande influência na rede de poder territorial (articulações entre arranjos organizacionais), já que apresentam um poder de barganha muito alto, principalmente em relação aos produtores. As grandes agroindústrias implantadas na região, como a *Cargill* e a *Bunge Alimentos*, por exemplo, servem como entidades financiadoras da grande maioria dos produtores da região, emprestando recursos via contrato com os produtores, nas modalidades de antecipação, contra-entrega do grão e adiantamento (operação

conhecida como ‘soja verde’). Nesta última modalidade de financiamento, utilizada pela maioria dos produtores, são adiantados aos mesmos, recursos para custeio da produção e da colheita, sendo esse valor – acrescido de juros – descontado na ocasião da entrega do produto para a agroindústria, em volume de soja já definido previamente em contrato, com base nos preços previstos para o período de entrega (FERNANDES, 1998, p. 88-91).

Atualmente, esse processo tornou-se ainda mais forte. As agroindústrias instaladas na região, *Bunge* e *Cargill* (ambas americanas) já detêm o controle da maior parte dos fertilizantes, assim como possuem articulações com algumas das maiores empresas multinacionais de defensivos. Desta forma, estas agroindústrias ‘amarram’ o produtor nos contratos de comercialização de soja, que além de adiantar recursos financeiros aos produtores para os custos de produção (com óleos lubrificantes e diesel para as máquinas, por exemplo), as agroindústrias (*Bunge* e *Cargill*) já atrelam o contrato com o repasse dos fertilizantes e dos defensivos (SANTIAGO, 2008).

Além disso, para trabalhar com produtos de qualidade superior, a empresa realiza vistorias dos campos de produção para acompanhar o desenvolvimento da produção e avaliar o nível de qualidade do produto (FERNANDES, 1998, p. 91). Para um produtor tornar-se fornecedor de soja para a *Bunge Alimentos*, por exemplo, é exigido que o mesmo seja bem-cadastrado, apresente uma boa capacidade empresarial e seja utilizador de tecnologia que permita alcançar elevados níveis de produtividade. Com isso, essas empresas buscam gerar a cada nova safra, superávits na produção de soja (FERNANDES, 1998, p. 88). Assim, produtores isolados (não-integrados) – ou seja, que não estejam associados a entidades cooperativas ou empresariais – são excluídos dos processos mais vantajosos de financiamento, e são submetidos às típicas linhas de financiamento do sistema bancário.

Já os produtores mais estruturados – isto é, os grandes produtores –, que possuem uma ótima capacidade empresarial e uma forte articulação com outros produtores de grande porte, se organizam para tentar escapar do processo de intermediação com as agroindústrias, para criar canais diretos de comercialização com os compradores finais dos produtos e obter assim, poder de barganha na compra dos insumos e na venda do produto final. Para isso, a capacidade produtiva destes produtores precisa ser cada vez maior, e por isso, estes avançam sobre as áreas

dos seus vizinhos, comprando suas propriedades. Além disso, esses produtores possuem uma capacidade de armazenamento em suas propriedades – através de grandes armazéns de estocagem (os chamados ‘silos’) – e, por isso, conseguem vender seus produtos em condições mais vantajosas (com preços cerca de 10% maiores), e as próprias agroindústrias pagam mais por seus produtos disponíveis em estocagem (SANTIAGO, 2008).

Este tipo de intermediação financeira produtor-indústria tornou-se uma prática generalizada entre as grandes agroindústrias da região, conferindo amplos poderes a essas indústrias nas articulações dos interesses entre os agentes políticos, econômicos e financeiros da região. Além disso, tornou a estrutura de poder cada vez mais concentrada entre os grandes grupos empresariais estrangeiros. Atualmente, a rede de poder local está cada vez mais articulada entre as grandes agroindústrias, as empresas agrícolas, os grandes grupos empresariais (na sua grande maioria de capital externo) e as associações⁶ que representam os interesses dos produtores, e cada vez menos entre as entidades governamentais. Enfim, a estrutura de poder está concentrada na esfera privada e, além disso, a grande maioria dos políticos locais representa os interesses das classes ruralista e empresarial da região.

4.1.1.4 Barreiras espaciais

As ‘barreiras espaciais’ serão tratadas aqui como entraves ao deslocamento espacial, ou seja, questões relacionadas ao sistema logístico. Na realidade, o que se pretende compreender é como se deu a superação dessas barreiras na região de Barreiras através da busca do encurtamento das distâncias, redução do tempo, e por conseguinte, aumento da acumulação de capital e, como se anuncia o aprofundamento desta tendência.

Até a década de 1940, período anterior à incorporação dos cerrados baianos à lógica de produção capitalista, a única forma de transporte da região de Barreiras era a navegação, por onde se comercializavam todos os produtos (BARREIRAS, 2008c). Naquela época, os sentidos do tempo

⁶ Como a AIBA (Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia), ABAPA (Associação Baiana de Produtores de Algodão), COFRUTOESTE (Cooperativa dos Fruticultores do Oeste da Bahia), ACRIOESTE (Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia), entre outras.

e do espaço eram mais restritos, já que só havia um canal de escoamento da produção (fluvial) e o tempo de deslocamento era muito grande. Então, a acumulação do capital da região não apresentava muito dinamismo, já que ficava às vicissitudes das barreiras espaciais e temporais.

Em 1940, Barreiras inaugurou seu aeroporto, e durante a Segunda Guerra Mundial, ao servir de base militar americana, projetou-se no cenário nacional. Após a guerra, o aeroporto passou a ser operado pela companhia de aviação Panair do Brasil, ligando Barreiras aos grandes centros, o que impulsionou a economia da região. Entretanto, o comércio continuava sendo através do porto, por onde se exportava toda a produção da região de Barreiras e também se importavam os produtos industrializados, que de Barreiras eram transportados, em tropas de burros, para toda região e para o Estado de Goiás (BARREIRAS, 2008c; PITTA, 2008).

Apenas na década de 1970, com a ida do 4º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) a Barreiras, iniciou-se a construção das estradas que ligavam o Oeste baiano às capitais Salvador e Brasília. Assim, com o término da construção das rodovias, a região de Barreiras saiu do 'isolamento', tornando-se um importante entroncamento rodoviário entre o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país (BARREIRAS, 2008d).

Desta forma, os sentidos do espaço e do tempo se ampliaram. Houve um encurtamento das distâncias através da redução do tempo de deslocamento, reduzindo assim, os custos de transportes, e aumentando a taxa de rotação do capital. A amplitude do capital tornou-se maior, atingindo, assim, níveis mais altos da escala geográfica, o que viabilizou a inserção da região de Barreiras não só na esfera nacional do comércio, como também na internacional.

Atualmente, a região dispõe de uma razoável malha rodoviária com BR's e BA's, rodovias federais e estaduais pavimentadas que interligam os municípios à capital do Estado, ao Distrito Federal, ao Planalto Central e ao Litoral Sul da Bahia. Além disso, a região possui um aeroporto no município de Barreiras e uma pista de pouso municipal na cidade de Luís Eduardo Magalhães e diversas outras pistas particulares em propriedades rurais. A região também tem a possibilidade de contar com o transporte fluvial como grande alternativa para o escoamento da produção,

porém, atualmente, este tipo de transporte é utilizado em pequena escala (BARREIRAS, 2008h; PITTA, 2008).

Então, apesar de uma mudança significativa em relação ao período anterior à introdução da soja nos cerrados baianos, ainda encontram-se muitos gargalos de infra-estrutura, o que tem contribuído para a restrição da competitividade dos produtos da região (FERNANDES, 1998, p. 88). O sistema de transportes utilizado atualmente apresenta várias carências, já que o transporte rodoviário não está em boas condições, o hidroviário é pouco utilizado e o aeroporto é de pequeno porte. Por isso, os custos do frete da região ainda são maiores que os dos outros pólos agrícolas concorrentes, o que torna o território menos competitivo.

Além disso, as decisões de investimentos quanto às estratégias logísticas da região esbarram nos objetivos de integração estadual – de ligação da parte oeste do estado ao litoral. Deve-se ressaltar que em paralelo ao processo que orienta o escoamento da região de Barreiras na direção leste (pela Bahia), há também investimentos vultuosos em infra-estrutura de transporte que apontam a possibilidade de uma reorientação do fluxo logístico a partir da ferrovia Norte-Sul para porto de Taqui (MA), ou seja, para uma outra direção – que não passa pela Bahia –, o que tende a gerar uma tensão do ponto de vista logístico entre a região dos cerrados baianos e a Bahia.

4.1.1.5 Aceleração do ciclo produtivo

A aceleração do ciclo produtivo é uma prática para minimizar o tempo de rotação do capital, aumentar a produção e a produtividade de mercadorias (obter economias de escala), para assim, obter uma certa vantagem competitiva e auferir lucros extraordinários. Esta ‘aceleração da função de produção’ se dá através da introdução e da intensificação do uso de novos produtos, novos processos produtivos e de novos padrões de organização industrial, e da descoberta de novos mercados e de novas fontes de matérias-primas.

No período anterior à introdução da sojicultura na região de Barreiras, não havia nenhuma técnica produtiva apurada para acelerar o ciclo de produção das mercadorias e, portanto, os prósperos

fazendeiros realizavam suas atividades em grandes extensões de terra, a fim de obter ganhos de produção através do aumento da área cultivada, já que a possibilidade de se aumentar a produção através do incremento de produtividade era quase inexistente (PITTA, 2008).

As formas não-produtivas – que não estão relacionadas diretamente ao processo de produção – utilizadas na época foram através da inserção de novas tecnologias nas áreas de energia e de beneficiamento da produção. No primeiro caso, a energia proveniente da hidrelétrica substituiu a que era produzida por locomóvel que queimava madeira, fazendo com que a oferta de energia fosse mais abundante e barata. E no segundo, foram construídas fábricas de beneficiamento de produtos agrícolas e pecuários nas próprias fazendas, aumentando o valor agregado dos produtos (PITTA, 2008).

Com a introdução da sojicultura na região – possibilitada pelas inovações produtivas aplicadas aos solos dos cerrados –, o ciclo de produção foi acelerado através da utilização de novas técnicas e de novas formas de gestão e organização dos processos produtivos. As cooperativas foram as responsáveis pela difusão do novo ‘modelo produtivo’ aplicado aos cerrados baianos (SANTOS FILHO, 1989). Este modelo inclui o uso de inovações produtivas e organizacionais, a utilização da monocultura e o cultivo em médias e grandes propriedades de terra, como formas de aumentarem a produção e minimizarem o tempo de giro do capital.

Estas novas técnicas produtivas – como a utilização de adubos e fertilizantes, de máquinas agrícolas, de sistemas privados de irrigação (pivôs), de sementes geneticamente modificadas (adaptadas ao solo e às condições climáticas e resistentes à pragas e doenças) – conferiram aos produtores que tiveram acesso à elas, ganhos de escala de produção (através de ganhos de área e de produtividade) e melhoria na qualidade dos produtos. A compressão do tempo (aceleração do tempo) foi ocasionada, principalmente, pela inserção de inovações produtivas, mas também, com a introdução de inovações organizacionais, através de práticas empresariais ligadas à agricultura (nova gestão dos negócios agrícolas), organizações de alguns produtores em entidades cooperativas e empresariais e novas articulações entre os produtores e as agroindústrias e entre os produtores e o mercado extra-regional (SANTOS FILHO, 1989; UDERMAN, 1992).

As formas de domínio e produção do espaço foram alteradas substancialmente após a inserção e a intensificação do uso dessas novas técnicas produtivas na região de Barreiras, o que fez com que o processo de compressão espacial se acelerasse cada vez mais. O modo como os indivíduos ou grupos poderosos passaram a dominar a organização do espaço foi alterado, já que novos atores sociais e novas entidades – cooperativas e empresariais –, com a inserção do modelo produtivista na região, passaram a reorganizar o espaço, como também, a produzir novos espaços, a fim de atender os novos padrões de produção da agricultura capitalista produtivista. Assim, o ‘espaço geográfico’ da região de Barreiras ganhou uma nova configuração, que passou por uma ampla reestruturação produtiva, tornando-se, assim, mais acessível aos ciclos de valorização do capital.

4.1.1.6 Infra-estruturas fixas (rede de cidades)

A idéia aqui de rede de cidades é a trabalhada por Harvey (2005, p. 87) através do conceito de ‘infra-estruturas fixas’. Para este autor, as instalações de infra-estruturas fixas no espaço são necessárias para o adiamento de crises de sobreacumulação, através de investimentos em projetos de capital de longo prazo (como infra-estrutura de transportes), em gastos sociais (como educação e pesquisa), e na construção de novos espaços geográficos através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos sociais e de trabalho. Então, todos esses investimentos em infra-estrutura resultarão na consolidação da rede de cidades da região.

No período anterior à implantação da moderna agricultura dos cerrados, a rede de cidades da região de Barreiras não contava com grandes investimentos em infra-estrutura. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2000, p. 26), até meados do século XX, esta região apresentou a mesma rede urbana do final do século XIX, caracterizada por poucos núcleos de importância e com um conjunto de pequenos vilarejos dispersos de pouca conexão entre si. A ausência de infra-estrutura e serviços de apoio, incluindo núcleos urbanos estruturados capazes de absorver os movimentos econômicos e sociais, foi uma limitação ao desenvolvimento de atividades produtivas relevantes (BAHIA, 1980, p. 13).

Somente nos anos 1940/1950, a região de Barreiras atravessa por seu primeiro surto desenvolvimentista, que se deu através de investimentos em infra-estrutura. É deste período a construção de uma hidrelétrica, de um aeroporto, de um abatedouro de gado bovino, de fábricas de beneficiamento de sementes e de uma fábrica de tecido (BAIARDI, 2004, p. 956). Esses investimentos possibilitaram a expansão da acumulação de capital e o desenvolvimento de novas capacidades produtivas, além da ampliação das atividades já existentes.

Nos anos 1970, novos investimentos em infra-estruturas, apoiados no fundo público, dão impulso ao desenvolvimento da rede de cidades da região, tais como investimentos nos sistemas de transporte, de comunicação e de energia elétrica (geração e distribuição) (BAIARDI, 2004, p. 956). Assim, os investimentos estatais desta época, através da implantação e da modernização da infra-estrutura regional, criaram as condições básicas para a atração de capitais privados (BAHIA, 1980, p. 11). Entretanto, até 1986, a ação direta do Estado praticamente se restringiu à realização de obras infra-estruturais e à instalação de agências bancárias e órgãos de planejamento estaduais e federais, estabelecendo condições ao ingresso de atividades capitalistas, mas se abstendo da coordenação imediata do movimento de incorporação dos cerrados ao ‘modelo produtivista’ adotado na Revolução Verde (UDERMAN, 1992, p. 178).

Os investimentos públicos em infra-estrutura impulsionaram os investimentos de capitais privados na região, não somente os relacionados às atividades agrícolas, como também os investimentos em atividades tipicamente urbanas, como serviços de saúde e educação, e atividades comerciais não-agrícolas (UDERMAN, 1992, p. 196). Assim, houve uma concentração geográfica desses investimentos de infra-estrutura, o que exigiu a produção da urbanização como um sistema físico espacialmente ordenado (HARVEY, 2006b, p.87).

Entretanto, apesar da expansão dos investimentos em infra-estruturas, e a conseqüente ampliação da rede de cidades da região, ainda há uma carência de diversos investimentos, principalmente, na área de transportes. A região precisa desses investimentos, especialmente os decorrentes da esfera pública, para impulsionar o desenvolvimento de diversas atividades produtivas (novas e já existentes) na região.

4.1.2 Acumulação por espoliação

A análise da condicionalidade ‘acumulação por espoliação’ nos estudos regionais visa compreender quais os meios atuais utilizados pelos capitalistas para a acumulação incessante de capital, que ajuda a resolver o problema da sobreacumulação inerente ao próprio sistema. Segundo Harvey (2005), há duas maneiras de adiar essas crises: a produção de excedentes – através da apropriação de excedentes produzidos por outros e da manipulação das condições naturais que permitem a fácil produção de excedentes – e a desvalorização de ativos específicos (capital e trabalho) – que fazem com que esses ativos sejam valorizados em outro lugar.

Essa condicionalidade traz explicitamente a idéia de desigualdade entre os territórios, causadas por espoliação de localidades, pessoas e ativos (capital e trabalho). Esta prática espoliativa, segundo Harvey (2005), se traduz na busca incessante em estender o poder capitalista para os territórios, setores e domínios nos quais os excedentes (ou as condições naturais favoráveis para a produção de excedentes) ainda não foram incorporados à circulação do capital. O que os capitalistas fazem é apropriar-se dos excedentes ou das condições naturais à sua produção, tratando-os como sua própria propriedade privada e lançando-os na circulação na busca por mais excedentes.

Em relação à região de Barreiras, com o intuito de compreender o processo de acumulação do capital através de práticas espoliativas ou da desapropriação de ativos específicos, podemos analisar as seguintes questões: a) estrutura fundiária; b) apropriação de direitos de propriedade intelectual e de patentes; c) mercantilização da força de trabalho; d) financeirização; e, por fim, e) desvalorização de ativos (capital e trabalho).

4.1.2.1 Estrutura fundiária

A estrutura fundiária será abordada aqui como a forma de apropriação da propriedade pelos produtores, ou seja, como se deu o processo de ocupação das terras. A análise da estrutura fundiária da região é importante para saber como o espaço está dividido entre os diversos tipos de

produtores e de atividades. Em termos de formulação de políticas, conhecer a estrutura fundiária da região é uma ferramenta de análise de grande utilidade, já que nos ajuda a compreender a organização do espaço geográfico e a dinâmica produtiva da região.

A análise da estrutura fundiária e de sua evolução mostra uma acentuada concentração de terra entre os anos de 1970 e 1985. Em 1970, os estabelecimentos maiores de 1.000 ha e que correspondiam a 0,8% do total do número de estabelecimentos, respondiam por 45% da área. Em 1985, o grupo de área de mais de 1.000 ha passou a responder em número por 2% da totalidade e em área por 74%. De outro lado, os estabelecimentos de menos de 10 ha e que em número representavam 53% em 1970, passaram a 45% em 1985, regredindo em termos de área de 3% em 1970 para 0,8% em 1985. Estes números estão a atestar que após a inserção da moderna agricultura capitalista na região – através do modelo produtivista – iniciou-se um processo intenso de concentração de terras (BAIARDI, 1992, p. 22). Hoje, existem grupos de produtores que possuem áreas que variam desde 20.000 ha a 80.000 ha, mostrando a enorme concentração de terras nas mãos de poucos. Além disso, nos últimos seis anos, agricultores americanos vêm comprando terras na região, e atualmente já possuem cerca de 200 mil hectares de terras (SANTIAGO, 2008).

Os conflitos por terras ocorreram na região de Barreiras no período em que vieram os imigrantes de outras partes do país (principalmente, do Sul) para desfrutar dos solos férteis e baratos dos cerrados baianos, gerando uma especulação imobiliária muito grande. Entretanto, esse processo especulativo ocorreu muitas vezes à revelia da lei, com uso da violência contra os eventuais donos das terras, por parte dos grileiros, que se apropriavam delas muitas vezes com base em documentos legais conseguidos por meios fraudulentos. Nesse processo quem mais sofreu foram os pequenos produtores rurais, expulsos de suas propriedades, onde era introduzida a criação de gado em regime extensivo apenas para que a terra tivesse uma ocupação produtiva. Assim, aumentaram-se as tensões fundiárias e ocorreu um aumento do êxodo rural na região, no início da década de 1980 (SEI, 2000, p. 30). Este processo ainda ocorre nos dias de hoje, na medida em que os grandes proprietários de terras, para expandirem ainda mais sua produção, precisam incorporar uma área cada vez maior às suas propriedades, através da aquisição ou arrendamento das terras vizinhas de pequenos produtores.

4.1.2.2 Apropriação de direitos de propriedade intelectual e de patentes

A apropriação de direitos de propriedade intelectual e de patentes é uma forma mais recente da acumulação por espoliação, que se dá através do ‘monopólio’ de uma tecnologia ou de um conhecimento específico para o uso privado. No caso da agricultura, por exemplo, ao fazer uso de uma tecnologia ‘patenteada’, o produtor detém uma ampla vantagem em relação aos outros produtores, incrementando o valor agregado à sua produção.

Na realidade, as patentes dos produtos agrícolas são todas de origem estrangeira, o que faz com que o poder e as vantagens tecnológicas fiquem concentrados nas mãos das multinacionais. Além disso, essas empresas também lucram com os *royalties* pelo uso dessa nova tecnologia – os produtores da soja transgênica, por exemplo, têm que pagar *royalties* a Monsanto –, o que aumenta ainda mais os poderes monopolistas dessas multinacionais. Entretanto, mesmo que a patente não seja brasileira, o uso de tecnologias ‘patenteadas’ (como as sementes geneticamente modificadas, por exemplo) por alguns produtores – os mais capitalizados – confere uma vantagem em relação aos outros produtores que não se utilizam dessas tecnologias. Os preços de mercado desses produtos são mais altos, pois estes são de melhor qualidade por agregarem ‘tecnologias de última geração’.

Assim, a apropriação e o uso de direitos de propriedade intelectual e de patentes tornou-se um grande diferencial competitivo, já que essas novas tecnologias são grandes avanços nas ‘pesquisas de ponta’ para o incremento de produtividade – através da maximização dos ganhos (benefícios) e minimização das perdas –, além de representar uma grande concentração e centralização dos capitais nas mãos de poucos (indústrias e produtores).

4.1.2.3 Mercantilização da força de trabalho

A mercantilização da força de trabalho é considerada por Harvey (2006b) uma prática espoliativa, já que se trata da exploração do trabalhador para os objetivos da acumulação do capital. Então, ver-se-á aqui como novas relações de trabalho e a configuração de uma nova

geografia do mercado de trabalho foram sendo estabelecidas a partir da utilização de práticas modernas nas atividades produtivas.

No período anterior à inserção econômica da soja nos cerrados baianos, já havia o assalariamento da mão-de-obra, porém a prática mais comum era o trabalho familiar – representado pelas categorias de arrendamento, parceria e proprietário familiar. Entretanto, com a chegada da modernização produtiva, os vínculos trabalhistas regionais foram modificados, generalizando o assalariamento, que substituiu as relações tradicionais de arrendamento e parceria. Assim, a redução do trabalho familiar é determinada pelo o que ocorre com a pequena produção comercial, que tende a diminuir sua importância frente às novas oportunidades de enriquecimento de empreendedores de outras regiões, que passam a comprar as terras para a utilização da agricultura empresarial (BAIARDI, 1992, p. 26).

Essa redução da pequena agricultura, com a conseqüente separação da mão-de-obra familiar dos meios de produção, mostra a transição para o assalariamento da mão-de-obra agrícola com a introdução da moderna agricultura capitalista – através do trabalho temporário (BAIARDI, 1992, p. 26). Assim, no período do plantio, os agricultores contratavam temporariamente uma mão-de-obra ‘desqualificada’ oriunda das circunvizinhanças, enquanto que permanentemente contavam com trabalhadores qualificados (tratoristas, por exemplo), provenientes em geral do Sul do País (UDERMAN, 1992, p. 188).

As relações de trabalho temporárias⁷, estimuladas pela agricultura capitalista de grãos, fazem com que os trabalhadores volantes permaneçam nos centros urbanos mais próximos, constituindo uma oferta de trabalho reserva para as atividades que começam a se implantar (UDERMAN, 1992, p. 195-196). À medida que os investimentos espalham-se geograficamente, rompendo as fronteiras das maiores cidades, surgem novos núcleos populacionais urbanos, que ajudam a descentralizar os frutos não-rurais da expansão em andamento (UDERMAN, 1992, p. 197). Assim, estas novas relações de trabalho temporárias, que fazem com que os trabalhadores rurais mantenham residências fixas nas cidades, deslocam a responsabilidade dos investimentos

⁷ A maioria dos membros das famílias dos produtores (agricultura de subsistência nos cerrados), por exemplo, trabalha também como mão-de-obra temporária na exploração agrícola moderna (SANTOS FILHO, 1989, p. 52).

necessários à reprodução da força de trabalho da esfera privada (através das relações de trabalho) para a esfera pública (no caso, os municípios).

4.1.2.4 Financeirização

No período anterior à década de 1970, antes da introdução da moderna agricultura nos cerrados baianos, o capital financeiro ainda não apresentava um caráter especulativo tão intenso, estava presente apenas nas poucas agências bancárias que existiam na região naquela época (BARREIRAS, 2008d). A forte onda de financeirização – domínio pelo capital financeiro – só se estabeleceu a partir de 1973, como sinalizou o próprio Harvey (2005, p. 122), e foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Assim, a partir desta época, o capital financeiro passou a atuar em áreas antes inimagináveis, como o setor produtivo.

Assim, a partir da década de 1970, com o esgotamento das áreas de incorporação econômica em outras regiões do Estado e a excessiva valorização das terras nas zonas tradicionais de agropecuária que orientaram os capitais excedentes para o Oeste, iniciou um ciclo de caráter predominantemente especulativo, com a valorização das terras dos cerrados baianos. As imobiliárias e colonizadoras passaram a fazer negócios financeiros com os imóveis agrícolas da região (BAHIA, 1980, p. 11).

Num momento posterior a essa especulação imobiliária, o governo passou a financiar os agricultores para incorporarem um modelo de produção nos moldes produtivistas nas áreas dos cerrados. Assim, o crédito subsidiado pelo governo (possibilitado pelo fundo público), por exemplo, que num primeiro momento favoreceu a capitalização, a modernização e a propulsão econômica dos cerrados, principalmente, em cima da soja, era uma exigência posta por todo um conjunto de interesses criados no âmago da referida descentralização dos capitais (CARVALHO; PELLEGRINI, 1990, p. 18).

A onda de financeirização atingiu também o setor produtivo. As grandes agroindústrias implantadas na região a partir do *boom* da soja começaram a financiar a produção dos

agricultores que são seus fornecedores de soja – hoje mais de 80% dos produtores participam dessa articulação produtor-indústria. A modalidade de financiamento mais utilizada pelos produtores é a operação conhecida como ‘soja verde’, que são atrelados os recursos para custeio (fertilizantes e defensivos fornecidos pelas agroindústrias) em volume de soja já definido previamente em contrato, com base nos preços previstos para o período de entrega (FERNANDES, 1998, p. 88-91).

Além disso, para evitar a inadimplência dos produtores frente as grandes multinacionais de defensivos, a maior parte do algodão, da soja e do milho já são comercializados diretamente com as multinacionais de defensivos, que por sua vez, já atrelam seus negócios às grandes bolsas de valores internacionais – relação essa conhecida como *trade*. Assim, os contratos ficaram mais amarrados, com garantias reais, atrelando todo o valor devido em volume da produção à garantia jurídica de fiel depositário do produto pela agroindústria, ou seja, excluindo as possibilidades de inadimplência e, aumentando o poder das grandes multinacionais deste setor (SANTIAGO, 2008).

Então, o processo de financeirização tornou-se mais abrangente após a inserção da agricultura capitalizada de soja nos cerrados baianos, tendo tanto o caráter especulativo – no setor imobiliário, e, mais recentemente, no Mercado Futuro das *commodities* agrícolas – quanto o caráter produtivo – empresas atuando com um duplo papel produtivo e financeiro –, como também o caráter financeiro tradicional – através do setor bancário.

4.1.2.5 Desvalorização de ativos (capital e trabalho)

O objetivo da acumulação do capital tendo em vista atenuar as crises de sobreacumulação também pode ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existente. A apropriação e controle dos excedentes pelos outros não são, neste caso, para absorver esses excedentes dentro da circulação do capital, mas para ter o poder de desvalorizá-los e então destruí-los, assim restringindo os impactos da desvalorização para os outros.

Assim, cria-se ou aproveita-se de processos espontâneos de desvalorização de ativos em determinados territórios, criando as condições para que os ativos (capital ou trabalho) desvalorizados sejam transacionados a preços de mercado muito baixos. Concluído esse processo de reciclagem dos proprietários, inverte-se a lógica de ação e passa-se a criar ou incentivar os processos espontâneos de valorização dos ativos em outros lugares, através de políticas governamentais, a exemplo dos programas de revitalização urbana, das operações urbanas consorciadas e dos ciclos espacializados da especulação imobiliária (HARVEY, 2005, p. 123).

Este tipo de movimento ocorreu na região de Barreiras no período de implantação da soja nos cerrados baianos. Para atrair novos agricultores para o plantio de novas culturas agrícolas que se tornaram aptas a serem cultivadas nos solos de cerrados (através de inovações nas técnicas de fertilização dos solos), as terras eram vendidas por valores simbólicos ('a preço de banana'). Após esta onda de ocupação das terras dos cerrados, iniciou-se um processo de especulação imobiliária rural, o que fez valorizar os preços das terras, mas agora para os novos proprietários (em sua maioria, vindos do Sul do país). Assim, com esta valorização das propriedades rurais também vieram os conflitos pela posse da terra (o fenômeno da "grilagem"), não raro com ocorrência de violências e mortes (BAHIA, 1980, p. 11).

Um fenômeno mais recente tem sido a especulação imobiliária urbana. Novas aglomerações urbanas, que estão mais próximas da área do 'Anel da Soja', têm atraído também grandes investimentos não-agrícolas, o que está ocasionando um rápido crescimento da estrutura urbana desses municípios. O caso mais emblemático é o que vem ocorrendo com o município de Luís Eduardo Magalhães, que está vivendo um momento de boom imobiliário. O município de Barreiras, que viveu seu boom imobiliário no período de implantação da soja nos cerrados baianos, está passando por uma 'desvalorização imobiliária' – seus imóveis saíram do alvo da especulação imobiliária de pessoas de outras regiões –, enquanto que Luís Eduardo Magalhães passa a ser o alvo dos grandes investimentos da região, o que provoca uma 'valorização dos seus imóveis'.

Desta forma, a 'desvalorização de ativos' é mais visível no mercado imobiliário, mas existem outras formas de expressão dessa desvalorização. No caso da região de Barreiras, podemos

visualizar um processo de desvalorização pela não integração de alguns produtores às articulações comerciais e financeiras entre produtores e indústrias, e valorização dos produtores que estejam integrados a esta rede. Isto é, os pequenos produtores independentes têm dificuldade na venda dos seus produtos e na compra dos seus insumos, o que torna seus produtos menos competitivos, sendo desvalorizados nos circuitos do capital.

Além desse processo, outro bastante semelhante, ocorreu com as revendas de insumos agrícolas (como fertilizantes, defensivos, sementes e máquinas agrícolas) que também foram excluídas do processo de comercialização agrícola na região, a partir dessa nova articulação produtor-indústria, em que as agroindústrias e as grandes multinacionais de defensivos já fornecem a maior parte dos insumos necessários à produção. Desta forma, as revendas passam a funcionar apenas como um ponto de apoio (repique) para atender as sazonalidades dos produtores por eventuais incidências de pragas e doenças, já que as fábricas trabalham com programação pré-estabelecida de demanda. Frente às inovações organizacionais das grandes multinacionais, essas outras firmas (as revendas) têm que se adaptar a esse novo processo, buscando outras formas de inserção no circuito de acumulação do capital.

4.1.3 Conflitos nas diferentes escalas geográficas

Esta condicionalidade traz à tona as seguintes questões: como compreender o papel dos conflitos geopolíticos nos processos de configuração do espaço geográfico? Como os diferentes atores sociais contribuem para a produção de diferentes espaços geográficos locais, gerando territorialidades diversificadas? Como compreender a produção de escala dentro do capitalismo, já que a escala geográfica dominante na qual a acumulação ocorre tem sido mudada ao longo do tempo? Para responder a essas perguntas, atrelando-as ao caso da região de Barreiras, falar-se-á aqui dos conflitos por vantagens geopolíticas e do conflito logístico.

4.1.3.1 Conflitos por vantagens geopolíticas

Os conflitos por vantagens geopolíticas serão abordados aqui como conflitos de interesses entre as regiões, que buscam alcançar seus objetivos através da conquista de vantagens geopolíticas. Dois desses conflitos serão apresentados nesta seção, quais sejam: o conflito geopolítico entre o Oeste e o Leste da Bahia e o conflito entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

No primeiro caso, trata-se de um movimento separatista do Oeste baiano, que visa se desintegrar da Bahia e criar um novo estado, o Estado do Rio São Francisco (ENCONTRO..., 2007). Esse conflito se fundamenta na desconexão de interesses entre os pólos oeste e leste da Bahia. A região oeste da Bahia já historicamente não compartilhava de uma identidade econômica nem cultural com o litoral e o semi-árido baiano. Até o final da década de 50, o Oeste continuava totalmente desvinculado da dinâmica da economia baiana. Seu comércio era realizado geralmente com as cidades dos estados de Minas Gerais e Goiás (SEI, 2000, p. 27).

Assim, o reatamento da lógica global sobre as características particulares da região fortaleceu seus laços com o Centro-Oeste brasileiro, região com a qual atualmente compartilha demandas e estruturas produtivas semelhantes – especialmente de infra-estrutura logística – fazendo com que muitos autores hoje questionem se o oeste baiano é Bahia, e se o oeste baiano é Nordeste ou Centro-Oeste (ARAÚJO, 2000, p. 184).

No segundo caso, trata-se de um conflito por vantagens geopolíticas entre os dois maiores pólos da região oeste da Bahia. A disputa de poderes políticos e econômicos entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães vem antes mesmo da emancipação do município de Luís Eduardo Magalhães (em 2000), antes distrito de Barreiras, o Mimoso do Oeste. Ainda hoje é clara a disputa entre esses dois municípios pela atração de investimentos (capital) e de pessoas (trabalho).

4.1.3.2 Conflito logístico

O conflito logístico aqui é basicamente um conflito de escala. Enquanto que a proximidade da região Oeste da Bahia com o Centro-Oeste do Brasil faz com que a lógica logística desta região da Bahia fique atrelada à lógica da região central do Brasil, que é a conexão Norte-Sul, surge um conflito dentro do próprio Estado da Bahia, que orienta a lógica logística do Estado na direção Oeste-Leste, para um projeto de integração estadual. Então, a lógica local esbarra-se na lógica estadual, que se esbarra na lógica nacional.

Este conflito logístico está presente em outras regiões nordestinas com características semelhantes à região Oeste da Bahia. Assim, as questões a serem discutidas são as mesmas, com algumas alterações pequenas nas particularidades locais. Araújo (2000, p. 184) aborda essa questão logística da seguinte forma:

Essa sub-região nordestina, que vai do oeste baiano ao sul do Piauí e Maranhão, tem experimentado um processo de ocupação comandado por agentes econômicos extra-regionais e recebido capitais e capitalistas predominantemente não-nordestinos. Implantando processos econômicos e construindo uma paisagem que se assemelha muito à macroregião Centro-Oeste do Brasil. Suas ligações econômicas e suas semelhanças geo-socioeconômicas com o “resto” do Nordeste são muito tênues. Até os estrangulamentos à continuidade de seu desenvolvimento são mais parecidos com os de Tocantins ou Mato Grosso do que com os do Nordeste do lado oriental do rio São Francisco: Infra-estrutura de transporte, por exemplo. Aliás, dependendo da forma como se consolidará a malha de transportes nesse subespaço, sua vinculação futura com o Centro-Oeste pode se ampliar.

Assim, vê-se que esse conflito logístico existente no oeste baiano, bem como no sul do Piauí e do Maranhão, é uma questão bem mais delicada do que parece, pois tratam-se de questões históricas (processo de formação e consolidação desses estados), políticas, sociais (culturais) e econômicas e, por isso, precisa de especial atenção dos formuladores de políticas em relação à estratégia logística para o desenvolvimento da região Oeste da Bahia.

4.1.4 Inserção material do processo de acumulação do capital na ‘teia da vida’ socioecológica

Harvey aborda criticamente as questões ambientais na dinâmica do modo de produção capitalista, sublinhando a importância de uma proposta alternativa incorporar tais questões de forma que se levem em conta as responsabilidades perante a natureza e perante a natureza humana, a partir de uma consciência ecológica. Esta consciência ecológica seria o reconhecimento da interdependência fundamental de todos os fenômenos e o perfeito entrosamento dos indivíduos e das sociedades nos processos cíclicos da natureza (HARVEY, 2006a).

Marx já chamava atenção para os poderes “flexíveis” do capital em sua busca pela mais-valia. O capitalismo tem modificado seus comportamentos, por exemplo, através de seus encontros com os limites e restrições ambientais e, portanto, a inserção do capital na natureza é dominada pela acumulação do capital, relações de mercado e poderes estatais (HARVEY, 2006b). Busca-se aqui entender que a apropriação da natureza pelas sociedades contemporâneas tem sido marcada pela geração de impactos ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento e de consumo, da mundialização da economia, da forma de distribuição de riquezas e do padrão tecnológico existente no mundo atual (principalmente, o padrão tecnológico inserido na agricultura).

O processo de acumulação do capital vem causando diversos tipos de impactos na ‘teia da vida socioecológica’ por haver uma relação de causalidade entre as práticas sociais e a natureza. Então, para analisar a lógica territorial dos espaços geográficos deve-se compreender a construção do espaço geográfico como resultante das interações sociedade-natureza, ou seja, é fundamental para a análise de um território introduzir a questão dos impactos das ações sociais no meio ambiente (impactos ambientais) e na sociedade (impactos sociais).

4.1.4.1 Impactos socioecológicos

O processo de acumulação de capital na região de Barreiras se intensificou com a introdução da agricultura mecanizada de soja nos cerrados baianos, gerando impactos sociais e ambientais à

região. Quanto ao primeiro tipo, as interações do homem com o meio causam mudanças significativas no próprio homem e no meio em que ele vive. Assim, ao se estudar uma região específica deve-se compreender o processo de construção do espaço geográfico através dos impactos gerados pela interação do homem com a natureza.

No período anterior ao processo intenso de acumulação do capital no campo – com a agricultura moderna – os impactos das atividades produtivas na estrutura social (urbanização, mão-de-obra, imigração, entre outros) eram bem menores do que os impactos sociais do período pós-implantação da soja nos cerrados baianos. E isso significa que as práticas sociais, através da inserção material da acumulação do capital na ‘teia da vida’ socioecológica, afetam o mundo vivo (social e ecológico) na mesma intensidade que as práticas são introduzidas. Então, a implantação da sojicultura nos cerrados baianos causou impactos de grandes magnitudes na vida social – aumentando a urbanização, a imigração e a precarização da mão-de-obra agrícola.

Já os impactos ambientais provenientes das atividades produtivas (agricultura, pecuária e extrativismo) no período antes da moderna agricultura eram muito menores, pois as técnicas produtivas eram muito rudimentares, sem o emprego de nenhuma tecnologia sofisticada. É claro que havia impactos negativos decorrentes do mau uso do solo, entretanto, estavam limitados a uma pequena escala de abrangência. Com a intensificação dos usos de agrotóxicos, adubos, fertilizantes e calcário, que representa uma inserção do capital no campo (através do modelo produtivista), a ação do homem na natureza passou a provocar impactos ambientais de grandes magnitudes. A incessante busca da acumulação cada vez maior de capital fez com que os capitalistas se esbarrassem nas limitações ambientais, tendo que procurar meios de superação dessas limitações, como é o caso das inovações ambientalmente amigáveis (plantio direto).

Quanto a essa questão das restrições ambientais, há um intenso debate – principalmente na Europa – sobre os impactos ao meio-ambiente através da utilização do regime agrícola produtivista. As críticas a esse ‘modelo produtivo’ não são somente em relação à questão ambiental ligada à produção intensiva, mas inclui considerações sobre a liberalização do comércio e a relação entre o comércio (balanço oferta x demanda) e o crescimento dos países em desenvolvimento (WARD, 2008, p. 129).

Não há na literatura sobre a região de Barreiras, trabalhos que abordem essas questões ambientais. Entretanto, diversas literaturas discutem os impactos da agricultura moderna – caracterizada pelo uso intensivo de adubos, fertilizantes, sementes geneticamente modificadas e de máquinas agrícolas de alta tecnologia – no campo e na vida das pessoas que lá residem. Para continuar com esse intenso processo de acumulação de capital, deve-se buscar por formas alternativas do uso do capital na terra, já que as restrições ambientais tornam-se um perigo à própria acumulação do capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição de David Harvey à análise regional – através da sua análise espaço-temporal e da teoria do desenvolvimento geográfico desigual – representa um grande avanço em relação às abordagens tradicionais, principalmente, em termos de formulação de políticas. Em sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual, ele integra diferentes dimensões teóricas (as questões econômicas, sociopolíticas, geopolíticas e ambientais), além de inserir tanto as dimensões espaciais quanto as temporais à análise. Desta forma, esse corpo teórico unificado nos permite avaliar de modo mais pleno as intensas contradições existentes atualmente no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização, nos ajudando a definir campos possíveis de ação política.

Ao relacionar as condicionalidades da teoria de Harvey – a ‘acumulação do capital no espaço e no tempo’, a ‘acumulação por espoliação’, os ‘conflitos nas diferentes escalas geográficas’ e a ‘inserção material na ‘teia da vida’ socioecológica’ – às experiências vivenciadas pela região de Barreiras no período anterior e posterior à introdução da moderna agricultura capitalista produtivista nos cerrados baianos, pôde-se delinear os contornos de uma agenda de investigação da dinâmica territorial da região de Barreiras. E, a partir dessa nova percepção da região através da análise das condicionalidades, podemos apreender os novos desafios que se apresentam em relação às questões de desenvolvimento regional.

Desta forma, a análise das ‘condicionalidades do desenvolvimento da região’ mostrou uma visão mais realista da dinâmica regional dos cerrados baianos, indo além das abordagens tradicionais. Ao analisar a condicionalidade ‘acumulação do capital no espaço e no tempo’, vimos que a forma de produção dominante, através das redes de poder dos ‘arranjos organizacionais’, é baseada em um tipo de produção integrada (articulação de poder assimétrica entre produtor e indústria). Esta concepção vai de encontro à visão dominante dos Arranjos Produtivos Locais (os chamados APL’s), que é apoiada em um processo de difusão do conhecimento enraizado na localidade a partir das aglomerações de empresas que desenvolvem atividades cooperativas, inseridas em um modelo de mercado concorrencial. Em relação à segunda condicionalidade – acumulação por espoliação – pôde-se apreender que, a partir das recentes inovações organizacionais das grandes empresas multinacionais, está ocorrendo um movimento de desintegração (desvalorização) tanto

de produtores que não estão inseridos no processo de articulação com outros agentes (indústrias, associações ou grandes produtores), quanto das revendas dos insumos agrícolas, que estão sendo excluídas do circuito de comercialização desses produtos.

Quanto à análise da condicionalidade ‘conflitos nas diferentes escalas geográficas’ foi possível visualizar a desconexão da lógica logística do Oeste baiano em relação ao restante da Bahia, esbarrando no projeto de integração estadual que o Governo do Estado anseia promover. E, em relação à última condicionalidade – ‘a inserção material da acumulação do capital na ‘teia da vida’ socioecológica’ –, o que se coloca é a questão das restrições ambientais. Diante dessa questão, deve-se estar atento aos novos desafios em termos de adequação às estratégias políticas externas, em que os problemas ambientais causados pela inserção do modelo produtivista na produção agrícola não serão combatidos com o ‘antiprodutivismo’ – como muitos teóricos pensam –, mas com um outro modelo, o pós-produtivismo, que dá continuidade ao processo de acumulação de capital no setor agrícola, apenas mudando algumas regras do jogo.

Vimos que, a partir de uma análise mais abrangente e dinâmica das regiões, é possível identificar os novos desafios e ações necessárias ao desenvolvimento regional. Desta forma, faz-se necessário compreender a dinâmica de funcionamento do sistema capitalista em todos os níveis da escala geográfica (local, regional, estadual, nacional, internacional e global). As análises devem apreender tanto as questões internas quanto as externas, ou seja, precisamos compreender tanto as redes de poder endógenas (relacionadas às relações de poder entre os agentes internos e o Estado) quanto as redes de poder exógenas (relacionadas à estrutura de governança global e aos padrões técnicos difundidos globalmente). Tendo em vista este processo, deve-se considerar na análise da região, a integração do conceito de ‘regiões relacionais’ – as articulações de poder exógenas – com os conceitos de ‘regiões inteligentes’ (*learning regions*) e ‘regiões reflexivas’ – fatores de crescimento endógenos de uma região (como o ‘conhecimento reflexivo’), ou seja, estes últimos conceitos enfocam a ‘questão’ intra-regional como um fator impulsionador de identidades territoriais.

Portanto, os formuladores de políticas regionais devem estar atentos aos novos desafios e às novas tendências de crescimento (acumulação do capital) e de organização do espaço, por isso, as

estratégias adaptativas e prospectivas são necessárias em termos de políticas de desenvolvimento regional. Segundo Azzoni (2002, p. 41), “a palavra-chave para a durabilidade da inserção funcional no processo de crescimento nacional e internacional é a adaptabilidade: a região tem de estar *apta* a adaptar-se às novas demandas, às novas condicionantes”.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: herança e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- AZZONI, Carlos Roberto. Sobre a necessidade da política regional. In: KON, Anita (Org.). **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BAHIA. SEPLANTEC. **Programa de desenvolvimento econômico e social do oeste baiano**. Relatório Anual. Salvador: Desenbanco, 1988. 53p.
- BAHIA. SEPLANTEC. **Ocupação econômica do Oeste**. Programa básico. Salvador, 1980. 71p.
- BAIARDI, Amílcar. **A moderna agricultura do Nordeste**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.
- BAIARDI, Amílcar. Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar no Oeste baiano: de colonos a neo-farmers. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.13, n. 4, p. 951-967, mar. 2004.
- BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado oeste baiano**. Salvador, 1998. 54p. Versão Preliminar, 1998.
- BARREIRAS. Fundação BA. **Histórico**. Disponível em:
<<http://www.fundacaoba.com.br/historico.php>>. Acesso em: 03 maio 2008i.
- BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Agroindústrias**. Disponível em:
<<http://www.barreiras.ba.gov.br/index.php?id=agroindustrias>>. Acesso em: 03 maio 2008g.
- BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Consolidação do município**. Disponível em:
<<http://www.barreiras.ba.gov.br/index.php?id=consolidacao>>. Acesso em: 03 maio 2008c.
- BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Desenvolvimento econômico**. Disponível em:
<<http://www.barreiras.ba.gov.br/index.php?id=deseneco>>. Acesso em: 03 maio 2008d.
- BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Fronteira agrícola**. Disponível em:
<<http://www.barreiras.ba.gov.br/index.php?id=fronteiraagricola>>. Acesso em: 03 maio 2008e.
- BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Infra-estrutura**. Disponível em:
<<http://www.barreiras.ba.gov.br/index.php?id=infraestrutura>>. Acesso em: 03 maio 2008h.
- BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Origem de Barreiras**. Disponível em:
<<http://www.barreiras.ba.gov.br/index.php?id=origem>>. Acesso em: 03 maio 2008b.
- BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Pecuária**. Disponível em:
<<http://www.barreiras.ba.gov.br/index.php?id=pecuaria>>. Acesso em: 03 maio 2008f.

BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Pioneiros da história**. Disponível em: <<http://www.barreiras.ba.gov.br/index.php?id=pioneiros>>. Acesso em: 03 maio 2008a.

CARVALHO, Edmilson; PELLEGRINI, Elisa. **Possibilidades e estágio atual da agro-industrialização do Oeste baiano**. Salvador: CPE, 1990. 63p. (Série Estudos e Pesquisas, n. 9).

COSTA, Antônio José de Oliveira. **O poder da agricultura empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2007.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária baiana: transformações e impactos. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 835-849, mar. 2004a.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Produtivismo e ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 1990. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 969-990, mar. 2004b.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde; MACHADO, Gustavo Bittencourt; GOMES, Andréa da Silva. **Inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura**. Salvador: SEI, 2004c, p. 51-73. (Série Estudos e Pesquisas, n. 70).

ENCONTRO discute criação do Estado do Rio São Francisco. **Jornal Nova Fronteira**, Barreiras, 04 Mai 2007.

FERNANDES, José Ivan Caetano. **A soja na Bahia**: desafios e estratégias competitivas no agribusiness. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998. 116p.

CPE – FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. **Uma alternativa agroindustrial para o oeste baiano**. Salvador: SEPLANTEC, 1993. 54p. (Série Estudos e Pesquisas, n. 17).

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006a.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006b.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de poder e territórios produtivos**: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX. São Paulo: Rima, 2000.

PEDRÃO, Fernando. As transformações rurais do capital no Brasil. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 819-831, mar. 2004.

PITTA, Ignez Almeida. **Barreiras, uma história de sucesso**: resumo didático desde as origens até 1902. Barreiras: Cangraf, 2005.

PITTA, Ignez Almeida. **História de Barreiras**. Disponível em: <http://historiadebarreiras.com/site/barreiras-antiga/>. Acesso em: 20 abr. 2008.

ROSSI, Ugo. Books review. **Journal compilation Royal Geographical Society**, v. 39, n. 4, p. 551–558, 2007.

SANTIAGO, D. S. **Uma análise atual da região de Barreiras**. Barreiras, 20 jun. 2008. Entrevista a Julliana Ramos Santiago.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). **O processo de urbanização no oeste baiano**. Recife: SUDENE, 1989. 281 p. (Série de Estudos Urbanos, n. 1).

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Mudanças sociodemográficas recentes**: Região Oeste. Salvador: SEI, 2000.

UDERMAN, Simone. **Dinâmica capitalista e reestruturação regional**: o caso da soja nos cerrados baianos. Salvador, 1992. 216p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 1992.

WARD, Neil et al. Productivism, post-productivism and european agricultural reform: the case of sugar. **Sociologia Ruralis**, Garsington Road, v. 48, n. 2, Apr. 2008.

<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>
INTRODUÇÃO À REGIÃO DE BARREIRAS: UMA ABORDAGEM ESPAÇO-TEMPORAL by JULLIANA RAMOS SANTIAGO is licensed under a Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil License.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)